



# Anais da Assembléia

Nº 32

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1983

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Caíto Quintana e Péricles Pacheco.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte (33); em licença Wilson Fortes (1); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Leonidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Quielse Crisóstomo, Tadeu França e Tadeu Lúcio Machado (24).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valter de Castro Porfírio, ocorrido dia 13 do corrente, em Bocaiúva do Sul.

O extinto era membro destacado de tradicional família daquele município.

Outrossim, requer que seja enviado ofício à viúva, Senhora Maria da Luiz Santo Castro.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à família do Dr. JONAS KIMURA, da cidade de Paranavaí, neste Estado, votos de profundo pesar pelo recente falecimento.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que, o DR. JONAS KIMURA foi um dos pioneiros na fundação e desenvolvimento de Paranavaí, onde morava há 25 anos.

Com o seu falecimento, a cidade perde um batalhador, homem honesto, dedicado à família e um médico exemplar.

Requer, outrossim, que do presente seja dado o devido conhecimento à família enlutada.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao ilustríssimo Senhor Doutor MÁRIO STAMM, DD. Diretor do Departamento de Trânsito - DETRAN, solicitando-lhe providências no sentido de instalar uma CIRETRAN, no Município de Realeza.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Realeza, situado na região Sudoeste do Paraná, por sua posição geográfica, é, sem dúvida alguma, o pólo de convergência natural de muitos municípios daquela região. Realeza é sede de Comarca e possui elevado número de veículos, estando atualmente subordinado à uma circunscrição de trânsito de um município bem menor.

A criação de uma CIRETRAN, no Município de Realeza, seria benéfica a muitos municípios, além de corrigir uma injustiça e uma discriminação, visto há muito preencher os requisitos para tal solicitação.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que seja criado um distrito sanitário, no Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ivaiporã, pólo da Região Central do Estado, com mais de 70 mil habitantes, atrai, cada vez mais as populações dos municípios vizinhos, que para ali convergem em busca de serviços essenciais, principalmente médicos.

Em função disto, acentua-se a necessidade de um melhor aparelhamento e aperfeiçoamento de seu atendimento médico-hospitalar.

No momento, Ivaiporã está ligada ao Distrito Sanitário de Apucarana, que, além da distância ainda apresenta o inconveniente de atender às populações de outros municípios vizinhos, estando, portanto, com uma natural sobrecarga em seus serviços.

O serviço de prevenção e profilaxia da tuberculose, por exemplo, já foi desmembrado de Apucarana e está atualmente centralizado em Ivaiporã, de onde atende as populações não só daquele município, como de São João do Ivaí, Jardim Alegre, Grandes Rios, Manoel Ribas e Lunardelli, com resultados bastante apreciáveis.

Por outro lado, a Unidade Sanitária de Ivaiporã, no primeiro trimestre, realizou 2.094 consultas médicas e cerca de 5.000 vacinações diversas, além de outros serviços.

A criação do Distrito Sanitário em Ivaiporã, cuja oportu-

nidade julgamos estar bem justificada pelas alegações acima, viria beneficiar, além dos municípios citados, ainda aos de Cândido de Abreu, Faxinal, São Pedro do Ivaí e Borrazópolis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações à Rede Globo e, em particular à TV Paranaense - Canal 12, pelo documentário apresentado no "GLOBO REPÓRTER", de 17 de abril do corrente ano, historiando a vida e a obra de Getúlio Vargas.

Solicita, outrossim, que do voto a ser consignado seja dado conhecimento ao jornalista Roberto Marinho, Presidente daquela prestigiosa organização informativa do País.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O GLOBO REPÓRTER levado ao ar na data de ontem, 17 de abril de 1983, não apenas recordou aos saudosistas a vida daquele estadista que foi o maior Presidente que a Nação já teve, como trouxe ao conhecimento das gerações mais novas que não tiveram a ventura de conhecê-lo, o perfil de um dos vultos mais importantes da História do Brasil, mostrando-o em toda a sua plenitude, inserido no contexto de então, e fazendo-lhe, finalmente, justiça, como força propulsora que retirou o Brasil dos rescaldos do Império e tornou-o uma força emergente no concerto das nações.

Tivéssemos nós, hoje em dia, homens do porte de Getúlio Vargas, dotados de sua visão, patriotismo e coragem, não estaria o País, por certo, se debatendo na grave crise que hoje atravessa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que a Comissão Executiva dê ciência aos Srs. Presidentes de Câmaras do inteiro teor do projeto de lei de minha autoria que visa autorizar a instituição de verba de representação, nos termos da Legislação Federal pertinentes à matéria.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que seja liberada parte da verba do "Projeto CURA" para que os pequenos Municípios, para o Município de Barbosa Ferraz

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme foi noticiado pela imprensa, o Governo do Estado do Paraná está contratando, no exterior, a quantia de cento e cinquenta milhões de dólares (US\$ 150.000.000,00), que seria repassado aos municípios com menos de 45.000 habitantes, em espécie, pelo "Projeto CURA para os Pequenos Municípios". Atendendo solicitação dos Srs. Vereadores Mozart Silva, João Batista de Almeida e José Bispo da Silva, de Barbosa Ferraz, e considerando a difícil situação financeira por que passam os municípios paranaenses, este Deputado apela ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, que parte desta verba acima citada, seja encaminhada para o Município de Barbosa Ferraz.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde Pública, com a finalidade de obtenção através deste órgão, para o Distrito de Paraná D'Oeste, Município de Moreira Salles, ambulâncias, com equipamento adequado, as quais serão utilizadas no transporte de pessoas doentes e carentes de atendimento médico-hospitalar, impossível de ser efetivado no local onde se encontrarem.

Esse atendimento, tão necessário e hoje deficiente, oferecerá a oportunidade do exercício sagrado de salvar vidas preciosas de nossos cidadãos, que às vezes se perdem por falta de veículo equipado para esta finalidade.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação à Ilustríssima Senhora Gilda Poli da Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, encarecendo providências com a finalidade de ser implantado e autorizado o funcionamento de estabelecimentos escolares da Rede Estadual de Ensino de segundo grau no Distrito de Paraná D'Oeste e ensino supletivo de primeiro e segundo graus, no Município de Moreira Salles.

A consecussão desse objetivo virá, por certo, atender à plenitude, as necessidades mais urgentes de jovens carentes desse benefício, contribuindo, de forma decidida para o progresso cultural de toda uma região.

De outra parte, evitará o deslocamento diário de pessoas que precisam aliar o estudo ao trabalho e optam por escolas de municípios vizinhos com grave prejuízo em seu labor, ocasionando constantes demissões e abandono da lavoura.

Uma vez alinhados os motivos que nos levam a esta insuportável situação, cuja solução nos parece de mínima dificuldade, o apoio à medida pleiteada trará aos municípios aludidos e circunvizinhanças maior tranquilidade e progresso.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito, em seu inteiro teor, nos Anais desta Casa, o artigo anexo, com o título "Como Levar Vantagem em Tudo", publicado ao Jornal "O Estado de São Paulo", na data de 14 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

O artigo em pauta que analisa a atuação deste Deputado ao combater a irregular situação do famigerado Grupo Atalla, que tantos prejuízos têm causado a esta pobre Nação, é depoimento que partindo daquele prestigioso órgão da Imprensa toma as características de documento onde se comprova a que ponto chegaram os desmandos da administração federal.

Sua inserção nos anais desta Casa torna-se oportuna para que tal registro mostre aos que vierem depois, a situação atual contra a qual lutamos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam enviadas às autoridades abaixo discriminadas, cópias, de inteiro teor, de seu pronunciamento, feito da tribuna desta Assembléia, no qual repudia a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra o Jornalista Juvêncio Mazzarollo e reivindica o apoio de todos os democratas deste País, manifestando, ainda, irrestrita solidariedade ao profissional de imprensa pela injustiça sofrida.

Deverão as cópias ser endereçadas às seguintes autoridades:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República;

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça;

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado;

Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança;

Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça;

Excelentíssimos Senhores Líderes dos Partidos na Câmara e no Senado;

Excelentíssimos Senhores Líderes dos Partidos nas Assembléias Legislativas dos diversos Estados;

Ao Diretório Regional do PMDB.

Por se tratar de medida da mais ampla repercussão na continuidade da luta, por todos empreendida em busca do restabelecimento da Democracia neste País, salvaguardando a liberdade de imprensa e o livre exercício de uma profissão sagrada, pelo muito que representa na luta de todos pela liberdade e pelo bem comum, conto com o indispensável apoio dos nobres Senhores Deputados que lutam como este, pelo mesmo ideal.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o adiamento por 20 (vinte) sessões do Projeto de Resolução n.º 02/83, a partir da 2.ª Votação.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(aa) RUBENS BUENO e LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 32/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica revogado o disposto no Art. 20, da Lei n.º 7.567, de 08 de janeiro de 1982.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) NILZO SQUAREZI

Apoio: Roberto Requião, Dirceu Manfrinato e José Antônio Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 7.567, que "cria a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, e dá outras providências", instituiu em seu artigo 15 o seguinte:

"A partir da publicação desta lei, os valores básicos e os de incidência de custas serão calculados de conformidade com um "VALOR DE REFERÊNCIA DE CUSTAS" — (VRC), disciplinando no artigo 20:

"O Valor de Referência de Custas será reajustado semestralmente, no valor da variação no período das ORTNs, sendo comunicado em Provimento da Corregedoria da Justiça".

Em decorrência de tais dispositivos as custas no Estado avolumaram-se sensivelmente, tornando-as das mais elevadas do País, com reflexos na distribuição da justiça, notadamente em favor das classes economicamente mais exauridas.

A preocupação é de todos, notadamente da laboriosa clas-

se dos advogados, externada em recentes pronunciamentos, tanto que, por ocasião da posse dos novos dirigentes do Tribunal de Alçada, o Dr. Francisco Brito de Lacerda proferiu discurso, do qual se destaca:

"Numa hora gravíssima para o Brasil, em que se exige o sacrifício de todos, a começar pelos que ganham um salário mínimo por si mesmo tão defasado, os titulares de certos ofícios, soberbos na sua falsa imponência, que recusam papéis levados a registros porque faltou acento agudo na sílaba tônica da palavra "Belém", chegam a auferir rendimentos superiores aos de Sócrates, grande jogador de futebol, um artista e, além de tudo, doutor. Tudo por causa de uma lei amoral elaborada por curandeiros, em sua tramitação derradeira, que permite a revisão semestralmente, em percentual ganancioso e irreal, colocando os auxiliares da Justiça, que ajudam a tocar esse trem tão necessário, em certos casos na condição de donos de benesses, à custa do sacrifício das classes menos favorecidas, principalmente a classe média.

Uma anomalia desse tamanho precisa ser corrigida com a chamada urgência urgentíssima. Revogue-se desde logo um diploma legal que perturba e escurece a distribuição da Justiça. E, enquanto isso não se fizer, a egrégia Corregedoria deve procurar minorar os desastrosos efeitos de sua aplicabilidade".

Da mesma forma, ao tomar posse na presidência da OAB-PR, o advogado Dr. Oto Luiz Sponholz fez a seguinte advertência:

"Em menos de 60 dias, através de dois Provimentos da Corregedoria, as custas judiciais e extrajudiciais, que já não eram baixas, sofreram uma elevação aproximada de 80%, tornando quase impossível o acesso das partes à Justiça.

A auto-defesa, como forma de Justiça ultrapassou-se no tempo, mormente quando o Estado resolveu intervir para evitar os conflitos, subtraindo às partes a solução das pendências, porque ninguém é bom juiz em causa própria.

Se ao Judiciário delegou o Estado a função jurisdicional — como monopólio constitucional para a solução dos conflitos, é através do processo que o Poder Judiciário impõe a obediência à ordem jurídica. E a justiça materializa-se no processo. Para atingir essa materialização há necessidade de o processo tornar-se viável aos legítimos interesses dos postulantes.

Como assinala o professor ROBERTO ROSAS (Processo Civil e Justiça Social - RT), somente uma Justiça dirigida ao social pode veicular esse liame entre Justiça e processo, destacando-se a liberdade individual como instrumento da sociedade democrática.

Sem o respeito ao indivíduo não há Justiça Social.

Sem permitir-se o amplo acesso do indivíduo à Justiça, não há Justiça Social.

Desde que o Estado escolheu o Poder Judiciário como o caminho para solucionar os conflitos de interesses, deve, indubitavelmente, adaptá-lo ao mundo atual, modernizá-lo e compatibilizá-lo com a sociedade humana e tecnológica.

E se as custas processuais passam a atingir valores exorbitantes, frustra-se o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei e passa a ser letra morta o preceito de que nenhum ato de lesão a direito individual poderá ser excluído da apreciação e sujeição ao Poder Judiciário.

É preciso, com urgência, rever a lei estadual que permitiu a fixação de tão excessivos valores, sob pena de se estabelecer o caos. Chegou-se ao absurdo de ter o advogado que mandar seu cliente diretamente ao Cartório, para o pagamento das custas, pelo receio da desconfiança que possa se estabelecer, no relacionamento profissional-cliente."

Assim sendo, o presente projeto tem o condão de revogar a semestralidade, com dupla finalidade:

a — em primeiro plano, freia desde já os efeitos desastrosos da citada lei;

b — em segundo lugar, permite que todos os interessados

se debruçam sobre o tema, encontrando um denominador comum que assegure uma justa remuneração aos serventuários, sem prejudicar a distribuição da justiça.

#### PROJETO DE LEI N.º 33/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizar a doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, com área de 9.896 m<sup>2</sup>, localizada no perímetro urbano de Jacarezinho — Registro de Imóveis n.º 2.067, fls. 01, da Comarca de Jacarezinho, Planta Jorge Melco, situada junto ao acesso rodoviário de Jacarezinho, anexa ao Parque Residencial dos Operários do DER.

Art. 2.º — A presente doação fica gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da escritura de doação, e destinada exclusivamente a sua utilização, para fins de assistência social, revertendo ao patrimônio do Estado, se esta finalidade comprovadamente não ocorrer.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A área que se pretende seja doada à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, é parte de imóvel pertencente ao Estado, cuja utilização não está mais em uso pelo Departamento de Estradas de Rodagem, e integra, conforme “croquis” anexo, parte de uma área que já foi doada pelo Estado a esta mesma Fundação.

#### PROJETO DE LEI N.º 34/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 51, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 51 — O mandato de Vereador será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal.

Parágrafo único — Fica permitida a instituição de verba de representação para a Presidência da Câmara Municipal, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do vereador.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O artigo 51 da Lei Orgânica dos Municípios — Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, veda a percepção de verba de representação pelos Senhores Presidentes da Câmara Municipal. Tal mandamento legal estava em consonância com a Constituição Federal e a Lei Complementar Federal n.º 25, de 2 de julho de 1975, que rezava:

“Art. 3.º — É vedado o pagamento ao Vereador de qualquer vantagem pecuniária, como ajuda de custo, REPRESENTAÇÃO ou gratificação não autorizada expressamente por esta Lei”.

A Lei Complementar n.º 38, de 13 de novembro de 1979, entretanto, em seu Art. 3.º, revogou esta disposição, possibilitando, assim que os legisladores municipais possam dispor livremente sobre essa questão.

A Lei Orgânica dos Municípios do Paraná, datada de 1973, ainda não se adaptou à legislação federal citada, o que vem causando dúvidas aos legisladores municipais e problemas na apreciação das contas dos municípios paranaenses.

Assim sendo, com o presente plano de lei, a meu ver,

expungir-se-á, a Lei Orgânica de flagrante tolhimento da competência do legislador municipal em estatuir verba de representação a seu Presidente, medida plenamente justificável sob todos os aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças, em plenário, do Sr. Armando Pavão, Prefeito de Jataizinho; do Sr. Ironaldo Pereira, Vereador de Antonina; do Sr. Prefeito de Japurá, Arlindo Mazoni e do Sr. Prefeito de Cidade Gaúcha, Gilberto Aita.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acusações muito sérias formuladas pelo Sr. Carlos Viacava, Diretor Geral da CACEX, do Banco do Brasil, trazem-nos a esta tribuna, nesta tarde. O Sr. Carlos Viacava, Diretor Geral da CACEX, compromete o conceito e a credibilidade do nosso Porto de Paranaguá, no cenário nacional, eis que notícia farta foi divulgada por órgãos de divulgação nacional.

Segundo o que diz o Sr. Carlos Viacava, enormes quantidades de soja e café em grãos passeiam do Paraná ao Paraguai através do contrabando, retornando ao nosso Estado para serem exportadas pelo Porto de Paranaguá, como se fossem produzidas naquele País vizinho.

Ora, existe um órgão federal, a Receita Federal, responsável pela fiscalização do transporte desses produtos nas estradas, com uma dupla fiscalização, por sinal. E a Receita Federal, cremos, é composta de elementos honestos e capazes, conscientes de seu trabalho, fiscalizando todos os pontos da estrada, quer seja em Ponta Porã, Mundo Novo ou Foz do Iguaçu.

Em determinados pontos da estrada, a Receita Federal recebe o caminhão, lacra e faz uma relação de caminhão por caminhão, incluindo número de lacres, remetendo todas estas informações, logo depois, via telex, à Receita Federal de Paranaguá.

De posse deste telex, a Receita Federal tem 24 horas de prazo para verificar a autenticidade do mesmo e “a posteriori” deslacar, encaminhando o caminhão para a descarga.

Além disso, todos os caminhões trazem de seu ponto de partida no território nacional, os seguintes documentos:

Guia de Transporte Aduaneiro; G.T.A., de exclusiva responsabilidade da Receita Federal.

Nota de remissão das firmas exportadoras guaranis. Conhecimento terrestre; manifesto de carga com o visto do Cônsul Brasileiro sendo que de Pedro Cabalero, quando ingressado por Ponta Porã; de Salto de Guaiá, quando ingressado por Mundo Novo, e de Porto Stroessner, quando ingressado por Foz do Iguaçu.

A própria administração do Porto de Paranaguá e Antonina mantém uma equipe de fiscalização na descarga e independente disso, o próprio entreposto de depósito franco envolvido nas acusações de Carlos Viacava, dispõe de um grupo de funcionários com o mesmo objetivo.

E mais, o Governo paranaguaiense mantém em Paranaguá um agente fiscal do Ministério da Fazenda e um Inspetor da Aduana Paraguaia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Nossa intenção não é outra senão a de rebatermos veementemente as lamentáveis acusações do Sr. Carlos Viacava, para mantermos intacto o conceito e tradição do Porto de Paranaguá, que ao longo dos anos conseguiu um lugar de invejável credibilidade junto às autoridades federais.

Portanto, não nos move outro objetivo a não ser aquele de contestar com veemência, com rigor, com austeridade, as declarações que carecem de fundamento. O Sr. Carlos Viacava compromete toda uma estrutura do Porto de Paranaguá, e também do funcionalismo daquele porto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e Srs. Deputados. —  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Causa-me estranheza ao abrir o jornal e até mesmo ao ouvir neste mesmo plenário afirmações do ilustre Deputado Tércio Albuquerque que fala em nome da Liderança, e em nome da Bancada do PDS, exigindo eleições diretas para os diretores de escolas de todos os municípios do Estado do Paraná.

Realmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é fácil engolir tal proposta que nitidamente se reveste de uma conotação demagógica e com o intuito de querer faturar ponto e prestígio junto ao professorado do Estado do Paraná.

Vossas Excelências, os Deputados do PDS, que durante vinte anos dominaram este Estado do Paraná, que durante vinte anos se serviram do famigerado mando político para indicar todas as pessoas que bem lhes entendessem, que bem quisessem para ocupar esses cargos, cobram hoje do PMDB eleição direta para os diretores de todas as escolas do Paraná.

Nós do PMDB, que juntamente com o Governador José Richa, assumimos o Governo do Estado do Paraná, há pouco mais de trinta dias, estamos pondo em prática aquelas que foram nossas promessas: de dar eleições nas escolas. Já estamos praticando nossas promessas. Prova está no projeto de lei que está por ser regulamentado nesta Casa, que dá aos professores o direito de, através de lista tríplice, indicar o diretor das escolas.

Mas, os Deputados do PDS acham pouco. Acham que deveria ser eleição direta nas escolas. Realmente, isto faz parte de nossos planos. Talvez seja posto em prática no ano que vem, porque o PMDB assumiu o compromisso perante o Magistério. Certamente irá cumprir.

Acredito que Vossa Excelência esteja fazendo média com os professores, criticando o processo de lista tríplice que vai ser implantado pelo nosso Governo. O Sr. vai constatar que o PMDB assumiu e o Governo vai democratizar este Estado.

Outra matéria que causa-me estranheza, que tive a oportunidade de rebater, foi de que o Deputado Tércio Albuquerque denunciase farsa eleitoral em Foz do Iguaçu. Notem bem os termos, Srs. Deputados, impropriamente colocados. Desconhecimento de causa, pois que, até hoje, o PMDB não assumiu o compromisso de propor eleição direta do inspetor auxiliar de ensino nos municípios.

Mas, os Deputados do PDS acham pouco. Assumimos o compromisso sim, de fazer eleições através de lista tríplice para os cargos de direção de escolas, mas não dos inspetores municipais de ensino.

A indicação do inspetor de ensino nos municípios é uma faculdade de partido. Mas, o PMDB saiu na frente, foi mais longe e convocou os professores para fazer uma assembléia em que participaram mais de duzentos professores e o critério seria uma lista quintupla, que seria levada ao diretório para a homologação de um dos professores para ocupar o cargo de inspetor auxiliar de ensino.

Não aceito, de maneira alguma, as colocações do Deputado Tércio Albuquerque que chama o nosso companheiro aqui, Dobrandino, Presidente do PMDB de Foz do Iguaçu, de "patrulheiro ideológico". "Patrulheiro" é Vossa Excelência que exonerou a professora Eva Terezinha Vera, porque não quis trabalhar para o PDS; que exonerou o hoje Vereador Carlos Roberto Campana, porque se filiou ao PMDB e concorreu pelo PMDB. "Patrulheiro" é Vossa Excelência que não aceitou a indicação do Sr. Vitório Corrente, de Santa Terezinha, para ocupar o cargo de subdelegado que foi indicado através de eleição direta. Vossa Excelência não o aceitou porque não estava filia-

do ao PDS da época.

Portanto, não podemos aceitar acusações levianas que cobram posições hoje do PMDB, de quem não praticou o cobrado durante os vinte anos que estiveram no Poder.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lamenta, mas comunica que seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Estado do Paraná é indiscutivelmente em muitos setores da administração pública, um exemplo eficaz de organização e de iniciativa, o que em muito contribuiu para o prestígio que desfruta junto às outras unidades da Federação.

Orçamento Programa, Planejamento Governamental, reforma e modernização administrativa, planejamento urbano, educação especial, são algumas áreas do serviço público em que o Paraná é reconhecido nacionalmente. Através de assessoria, orientação e treinamento a outros Estados, que aqui recorrem para a superação de suas necessidades, o Paraná vem divulgando o que sabe. Por isto só, verifica-se o quanto se desenvolveu a organização e o desempenho da administração pública no Estado.

A importância do significado dessa evolução do desempenho e racionalidade, torna-se ainda mais expressiva, quando verificamos o efetivo de colaboradores no serviço público estadual, alcançar taxas muito inferiores às verificadas em outros Estados do mesmo porte, e até mesmo de Estados de menor estágio de desenvolvimento econômico e social.

Deve-se isto, não à adoção de fórmulas mágicas ou de idéias inéditas ou imutáveis, mas sim, ao entrosamento de pessoal técnico altamente qualificado, com pessoal de apoio preparado e motivado e que abraçou o serviço público com responsabilidade e dedicação.

Deixando o aspecto impessoal desta abordagem, podemos verificar de forma bastante nítida, a história de servidores, confundidos com a própria história, com a própria cultura das instituições às quais servem. Assim, podemos concluir que o estágio conceitual da administração pública no Paraná, é o reflexo da capacidade do desempenho do quadro de servidores públicos, que a integram e que compõem a parcela mais expressiva do capital tecnológico, que o serviço público paranaense, detém.

No momento em que a crise econômica ganha proporções críticas e que o processo inflacionário, é demonstração evidente de desajuste, torna-se imperiosa adoção de medidas, que possibilitem a preservação desse capital humano, preparado e capaz, que urge atendê-lo na manutenção do padrão de vida que construiu, e que necessita agora do reconhecimento e das atenções, dos dirigentes políticos deste Estado. Para tanto, estamos sugerindo através de requerimento a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, que faremos encaminhar através da Mesa diretiva dos trabalhos, para que, quando do novo reajustamento de vencimentos e salários dos servidores públicos estaduais, adote o Poder Executivo, como critério real e permanente, para efeito de cálculo, o INPC, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, observando que o percentual de correção não seja inferior à soma das variações mensais desse índice, verificadas no período compreendido entre as datas do último reajuste salarial e em vigor, ao da vigência do reajuste a ser concedido.

A doação imediata, portanto, de um justo critério por parte do Poder Executivo, com base no INPC para efeito de cálculo, quando do reajustamento de vencimentos e salários do pessoal do Estado de um modo geral, trata-se de medida indispensável e que virá ao encontro das normas de prudência administrativa e de deferência à justiça social. Atual-

mente, com a existência de duas modalidades no setor de pessoal, conforme esteja o servidor vinculado à administração direta ou indireta, uma regida pelo sistema estatutário e outra pela Consolidação das Leis do Trabalho, ocorrem distorções quando da concessão de aumento salarial para uma e para outra classe.

Enquanto que para o pessoal regido pela CLT é sempre obedecido na concessão do reajustamento salarial os índices fixados pelo Governo da União, e que, conforme a Lei Federal n.º 6.708, de 30-10-79, consagra a adoção do INPC como base para a correção de salários, para o funcionalismo público, regido pelo estatuto devido a inexistência de um critério pelos percentuais adotados, tem provocado uma defasagem e perda expressiva do valor real, da força aquisitiva do ganho, desta classe de servidores. Observe-se ainda que o Governo do Estado do Paraná está sujeito a adotar com menor salário para os seus funcionários, sejam estatutários ou celetistas, o salário-mínimo regional em vigor, o que impõe a esse nível salarial inferior, uma correção permanente no que se refere ao percentual e ao tempo de vigência. E que não se estendendo às demais categorias funcionais, vem inclusive contribuindo para um achatamento salarial, no quadro de servidores públicos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na tarde de ontem, com muita emoção, assisti a um acontecimento inédito em minha vida. No município recém-instalado, de São Jorge do Patrocínio, ocorreu a solene entrega de uma praça pública, totalmente construída pelo povo, em um terreno anteriormente adquirido pelo próprio povo em nome da Associação Comunitária dos Moradores e Amigos de São Jorge do Patrocínio.

Foi uma autêntica festa, Sr. Presidente, festa cívica, festa autêntica, porque o povo via em cada planta, ali colocada, em cada pedra, em cada tijolo usados para a construção do coreto, das muretas, o resultado do seu esforço. E quando a Banda de Música entoava aqueles acordes motivadores de uma alegria especial dos que tiveram a idéia de comprar aquela praça, de comprar aquele terreno que estava sendo colocado à venda, deixaram correr lágrimas nos seus olhos.

Este sentimento, Sr. Presidente, demonstra que efetivamente, o povo paranaense, o povo brasileiro é interessado no seu futuro, sem pensar em compensações, sem pensar em objetivos pessoais, mas sim, naquilo que é mais importante para que a sociedade se solidifique cada vez mais dentro dos melhores postulados de um viver sadio e honesto.

Sim, porque, ali não houve qualquer possibilidade de um ou de outro receber vantagens. Todos deram, todos contribuíram, todos fizeram a sua parte. E é o exemplo que todos devemos seguir em nosso trabalho. O exemplo de dar aquilo que podemos, de ajudar da forma que nos é proporcionada, mercê da nossa preparação profissional, ou mercê das próprias graças divinas para que a sociedade que representamos seja efetivamente beneficiada e possamos quando acontecimentos idênticos àquele de São Jorge do Patrocínio se afigurassem perante nós. Temos a nossa consciência tranqüila de que fizemos o melhor e em tempo oportuno para os bons resultados.

Deixo aqui a minha homenagem aos seis presidentes que foram da Associação Comunitária de Amigos e Moradores de São Jorge do Patrocínio e, de modo especial, ao seu Secretário Executivo, o Senhor Padre Ernesto Pereira, o grande idealizador deste empreendimento, como uma demonstração...

mas comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã será uma data em que nós vamos discorrer sobre o centenário de Getúlio Vargas.

Nós, como ex-trabalhistas, como seguidores do ideário de Getúlio Vargas, queremos dizer aos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente e ao Paraná que haveremos de nos fazer presentes neste momento em que se comemora o centenário do homem que procurou dar a redenção para os trabalhadores do Brasil; um homem que deu o voto livre como secreto e universal e deu o voto para as mulheres; um homem, como Getúlio Vargas, que deu seu próprio sangue para que o sangue dos irmãos de nossa Nação não fosse derramado.

E, neste momento em que comemoramos o centenário do gaúcho brasileiro, o centenário do homem que mudou completamente a fisionomia do Brasil, o único Governador, o único Presidente da República que conseguiu ter saldo disponível na Inglaterra e nos Estados Unidos.

E é por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que sem cor partidária, queríamos fazer um apelo a todas as forças democráticas, que, amanhã, rendessem as homenagens póstumas a Getúlio Vargas, para que pudéssemos lembrar o passado de um homem chamado ditador, mas um ditador progressista, um ditador liberal, um ditador democrático que hoje não existe mais.

Getúlio Vargas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi o homem que deu respeito aos trabalhadores; foi o homem que tirou os trabalhadores da subserviência; foi o homem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo do meu Paraná e do meu Brasil, que deu o seu próprio sangue em benefício de sua terra e de sua gente.

E é por isso que amanhã, se Deus quiser, estaremos nesta tribuna para fazer uma pávida mas singela e honesta homenagem a Getúlio Vargas, para que possamos deixar bem marcada na consciência do povo brasileiro e principalmente, na consciência dos jovens, que foi o homem que tirou os grilhões do Brasil do imperialismo estrangeiro, tanto da direita como da esquerda; foi o homem verdadeiramente brasileiro; foi o homem que queria o Brasil independente, como nós queremos.

Queria, neste instante, também, dizer aos meus companheiros do PDS, que Ney Braga, embora de um modo diferente, é um outro Getúlio paranaense da Lapa, e que estaremos com ele, em quaisquer condições.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças, em plenário, dos Srs. Algacir Túlio, Vereador de Curitiba, Luiz Carlos Barbosa, Prefeito de Alto Piquiri e Presidente da Amerios.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Venho hoje para esta tribuna, na qualidade de Deputado da Situação desta parcela do poder de governo que o processo de “abertura democrática” instaurado pelos comandos militares instalados no Governo do País permitiu que o povo do Paraná conquistasse nas urnas de 15 de novembro próximo passado, contra 19 anos de arbítrios, de desmandos, de espoliações políticas de todo o gênero, de desordem jurídica, de “generalidades”, “erudição” e “clarividências”, as mais inconcebíveis, e por inconcebíveis, também incabíveis dentro das conquistas culturais de nosso povo. Por isso, como Deputado saído do seio desta Nação espoliada, saído do seio do povo deste Estado, que durante esses 19 anos só conheceu a força políti-

ca da CONDUTA ILÍCITA e do LOCUPLETAMENTO DE GOVERNO, é óbvio que venho para esta Casa, com todas as cicatrizes, com todas as feridas que sangram na alma deste povo. Por isso, o pronunciamento contundente ou inflamado seria o nosso desafoço natural. Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somos essa geração de brasileiros que nasceu do PRESENTE para o FUTURO, e quando muito, espelha-se no passado, mas a nossa disposição de vivermos pela CONSTRUÇÃO DA PÁTRIA, não nos deixa tempo para ficarmos aqui relembando a dramaticidade daquela "revolução" que o povo brasileiro tão augustamente já respondeu nas urnas.

Então, quero rogar a vossa atenção para o tema que venho propor, de RESTAURAÇÃO DA REPÚBLICA, porque entendo que esta é a tarefa que esses 19 anos de arbítrio nos deixa e nos propormos a RECONSTRUIR A PÁTRIA, é dizer ao mundo que a CAPACIDADE do povo brasileiro passou incólume pela espoliação de Governo sofrida. É dizermos ao mundo, que esse calote do endividamento superior ao poder de solvência deste "governo revolucionário", representa a QUALIDADE MORAL dos efetivos que o compuseram durante esses anos de ditadura, e dos efetivos que ainda restam por força da nossa paciência, nesse governo; mas, não sepultou o amor ao trabalho e a vontade de permanecer livre que marcam a história do povo brasileiro. É dizermos ao mundo que o povo brasileiro não quebrará a sua tradição de grandeza humana que sempre resolveu todas as suas crises, absorvendo pela VONTADE SOBERANA DA NAÇÃO, as minorias contrárias à nossa SOBERANIA DE POVO e à nossa DIGNIDADE DE GENTE. E isto, já voltamos a fazer, a partir do dia 15 de novembro, p.p., quando mais de cinquenta por cento da Nação respondeu ao arbítrio, com a sua vontade de resolver a CRISE INSTITUCIONAL que nos assola, com o perdão a esses brasileiros já suficientemente infelizes pelos próprios males que causaram ao Brasil e já suficientemente escarnecidos por esses milhares de trabalhadores sem emprego; pelo empresariado brasileiro, totalmente descrente das assertivas do Poder; pelos estudantes que se organizam clamando contra a estagnação cultural do nosso povo; enfim, suficientemente escarnecidos por uma Nação que clama ter sido enganada, e que não poupa o seu sarcasmo diante das "verdades" deste Governo da República.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, perdoar não significa deixar aqueles que praticaram ações reclamáveis pelos meios legais de punir-se, impunes. Porque então, não estaríamos RECONSTRUINDO A PÁTRIA, porque ensinam todos os mestres do humanismo político, que "CONSTRUIR A PÁTRIA É BEM CONSTRUIR O CIDADÃO DENTRO DE CUJA CONSCIÊNCIA ELA SE FORMA, E DE DENTRO DE CUJA PERSONALIDADE ELA SE IRRADIA PARA A HISTÓRIA." De modo que no libelo bem fundamentado contra os que delingüiram contra a Nação, buscando sobre eles, o veredicto da história, já que nas incidências revolucionárias eles escapam à punição judicial, é BEM SERVIRMOS AO DESENVOLVIMENTO DO CARÁTER e da FORMAÇÃO MORAL de nossa geração. E já porque, sendo nós herdeiros apenas de destroços nacionais, do caos da República, temos o desagradável dever de libelar aqueles que em nome de si próprio, não conformados apenas em cassar, em demitir, em prender e até matar, desceram através das hostes menores do sistema, ao erário público, como é o caso que desprazeirosamente trago aqui, à apreciação desta Casa, e que espelha a razão do povo que nos fez maioria no governo deste Estado. E também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque assim respondemos à desesperada bancada pedssista, sobre as razões das demissões que vêm ocorrendo no Governo José Richa. Porque, delegatários de um mandato soberano firmado sobre o compromisso de "MUDAR BEM", não poderia este Governo de restauração moral da República, na parcela que nos cabe dentro da Federação, se compor com aqueles que

estiveram a serviço desse sistema que temos a incumbência de absorver com a grandeza do VOTO LIVRE que haverá de consolidar-se com a eleição livre e popular para a Presidência da República.

É claro que educado pelo Direito, o que mais respeitamos é a faculdade da livre defesa e a atenção que as minorias desprotegidas merecem, até pela sua própria condição de saldos negativos do processo histórico, vingados por suas próprias imprevidências da transitoriedade do poder. Aliás, detentores do poder através de processo espoliativo do Governo, mesmo que soubessem a lição de que os regimes de exceção têm vida curta no calendário da História, e que por isso não garantem o uso abusivo do poder, esses saldos da discricionariedade, que restam na estrutura governamental do Paraná, não podiam ater-se aos limites, do bom senso político, porque o povo todo sabe que era e ainda é, instrumento de um sistema que o teleguia, e contra o qual, ele próprio, freqüentemente, se mostra incomodado. Por isso, dividiram o Estado do Paraná, em CAPITANIAS GOVERNAMENTAIS instituídas pelos famigerados "comandos políticos", debaixo dos quais, a CONDUTA IMORAL e o LOCUPLETAMENTO DE GOVERNO floreciam bem protegidos sob a ilusão ditatorial de assim consolidarem esse sistema de opressão que o povo aqui derrubou. E assim, foi que os Prefeitos do PMDB encontraram seus municípios sobrecarregados de dívidas e com os seus orçamentos totalmente estourados.

Numa luta inglória que a imprensa explora lá fora, esteriotipando para a história os estorpores retardados desse sistema que o povo vingou, e que aqui dentro, na voz de Parlamentares que muito respeitamos pelas suas cãs e dos quais nós Deputados que aqui estamos chegando pela primeira vez, mais esperávamos, pela experiência de várias Legislaturas que os premiam, tentam desestabilizar a estrutura moral deste Parlamento, descendo ao palavrório que além de inútil, é de baixo calão, os quais nos reafirmam com isso, a convicção que já trazíamos, de que os regimes totalitários são a pior coisa na formação do ser humano. Porque nesses seus saldos que nos restam aqui, ficamos com as melhores provas disso. Evidente que se empenham em formar um torvelinho de mexericos que envolvesse este Parlamento e levasse alguma poeira aos pés do Governador que o povo elegeu e no qual o povo acredita. Pois, acostumados a usufruirmos da coisa pública sem qualquer preocupação de reposição das riquezas da Nação, também aqui no Paraná, esses efetivos do sistema, estão ainda com muito pouco tempo de atuação contrária diante de si, para aprenderem conosco o uso produtivo dos recursos do Estado postos à administração do Governador, sob a nossa vigilância e cooperação. E por isso, conscientes de que portam mandatos instrumentalizados pelo sistema espoliativo, não podem comungar conosco, porque a ditadura não comunga com o povo, eles se sentem livres para desperdiçarem este tempo tão precioso para a história do Paraná, principalmente, depois de 19 anos de estrangulamento total. Nós porém, não temos esse liberalismo, porque temos um COMPROMISSO MANDATÁRIO COM O POVO. E no bom aproveitamento deste espaço, com a humildade de Deputado estreante, tomo a liberdade de recordar que no tempo que destinamos para o libelo contra o arbítrio, temos a tarefa, de somar fatos, porque são os fatos que compõem a história.

O fato que hoje trago à soma neste libelo, vem da Prefeitura Municipal de Céu Azul, e segundo a sindicância ali realizada por determinação do atual Prefeito do PMDB, João Canfrides Netto, denuncia que o ex-Prefeito Geraldo Batista



Chaves, do PDS, administrou ao arrepio de toda a dignidade moral de Governo, já que nos regimes de exceção, sob cuja proteção ele exercitou a sua formação pública sobre o patrimônio municipal do povo daquele município, a UNILATERALIDADE do poder quase nem permite se fale em ofensas à lei, no que tange aos seus efetivos de governo, porque em regimes que não comporta a condenação daqueles que governam contra o princípio constitucional de que: "TODO O PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME É EXERCIDO", porque a legalidade constitucional deixa a descoberto todo o regime, pela ilegitimidade daqueles que exercem sobre a Nação, o PODER DO ESTADO, querer valer-se das leis ordinárias como instrumentos repressivos, é tornar-nos ADMINISTRADORES DO CONFLITO INSTITUCIONAL que combatemos, porque ele, e somente ele, é a CAUSA de todos os males que afligem esta Nação, inclusive dos males das malversações dos dinheiros públicos como aquelas praticadas pelo interventor Luiz Bonatto, de Medianeira, que nunca teve uma prestação de contas aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado, durante dez anos que governou plenipotenciariamente aquele município, sob a proteção desse poder artificioso que aqui no Paraná, teve no General Ney Braga a sua expressão mais fulgurosa, tanto no caciquismo politiquês, quanto na derrota que se consumou, do qual, aquele ex-interventor se dizia irmão.

Contra aquele ex-interventor, como advogado, como-vindo pela humilhação infringida ao povo medianeirense e bem municiado de provas, promovi uma Ação Popular pela Justiça daquela Comarca, onde também, várias representações foram ajuizadas. Todavia, em regime onde a Constituição da República não pode se operar pela ilegitimidade do poder de Governo, a Justiça fica também manietada a essa unilateralidade discricionária, porque até o contraditório não se opera nas questões de Direito Público, visto que as provas dos que governam pela força, são PRODUZIDAS POR DECRETOS. E nessa fertilidade apressada de decretos, o Governo revolucionário vai justificando todos os seus atos e todos os atos dos seus súditos, garís e serviais, mesmo contra PROVAS e até mesmo contra a SOBERANIA do Congresso Nacional, sobre a qual é posto o Ministro do Planejamento e contrair empréstimos e a fazer negócios no exterior, cujos estouros são debitados depois, à Nação. Contudo, aquela ação popular ainda sobrevive à apreciação do Judiciário, o qual agora, certamente se moverá com a isenção e liberdade que deve ter.

Agora, aqui está o expediente vindo de Céu Azul, no qual a sindicância conclui que o ex-Prefeito Geraldo Batista Chaves cometeu em sua administração, os seguintes delitos, sobre o patrimônio público do município: I) Apropriação e desvios de rendas públicas; II) utilização indevida de bens e serviços do município; III) desvio e aplicações indevidas de rendas e verbas; IV) — determinação de efetivação de despesas não autorizadas na forma legal; V) alienação e oneração de bens e rendas municipais, na forma como a sindicância concluiu e assim resumidas:

1) — DIÁRIAS RECEBIDAS INDEVIDAMENTE PELO EX-PREFEITO, conforme anexos I a II).

2) — COMPRA DE ÔNIBUS MERCEDES BENZ (conforme anexos 12 a 16)

3) — IRREGULARIDADES NA OUTORGA DE PROCURAÇÕES (anexos 17 a 22);

4) — PAGAMENTO INDEVIDO À FIRMA DIMARO S/A (anexo 23);

5) — PATROCÍNIO DE CONVENÇÃO DE PARTIDO

POLÍTICO (anexos 24 a 25);

6) — PAGAMENTO DE FÉRIAS E LICENÇA-PRÊMIO EM DINHEIRO, COM OS FUNCIONÁRIOS RECEBENDO SEUS SALÁRIOS NORMALMENTE, CONSTITUINDO PREJUÍZOS PARA O ERÁRIO MUNICIPAL (anexos 26 a 64);

7) — PAGAMENTO SEM EMPENHO, NOTAS FISCAIS EMITIDAS APÓS OUTORGA DE PROCURAÇÃO — FIRMA FEPACO-FESTUGATO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. (anexos 65 a 66);

8) — CONFISSÃO DE DÍVIDA COM O SR. HENRIQUE JOSÉ GOMES (anexos 67 a 70);

9) — EXCESSO DE DESPESAS COM INDIGENTES (anexos 71 a 80);

10) — VIAGENS DE TURISMO (anexos 81 a 96);

11) — INAUGURAÇÃO DA PREFEITURA COM EXCESSO DE DESPESAS E SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL (anexos 84 a 87);

12) — DESPESAS COM AUTORIDADES TOTALMENTE EM DESACORDO COM AS NECESSIDADES E POSSIBILIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO (anexos 88 a 89);

13) — DESPESAS IMPROVADAS DE COMBUSTÍVEIS (anexos 90 a 100);

14) — DESPESAS PUBLICITÁRIAS REALIZADAS COM JORNAL, SEM AS DEVIDAS FORMALIDADES LEGAIS (anexo 101 a 102);

15) — CONSTRUÇÕES LEVADAS A EFEITO SEM AS DEVIDAS FORMALIZAÇÕES LEGAIS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no desfile de provas retratadoras desses 19 anos de CRISE INSTITUCIONAL, no que eles foram na destruição dos valores morais desta Nação, este não se constitui apenas num fato”..

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, vejo com alegria a estréia de Vossa Excelência nesta tribuna. Muito me honra tê-lo como companheiro representante de região, diga-se de passagem, uma região que foi durante longos anos esquecida, riscada do mapa do Estado do Paraná, a região Oeste. Uma região espezinhada, onde para agravar a situação, temos ainda a triste figura do Interventor dos Prefeitos biônicos. E aqui fica uma crítica à Bancada do PDS, que teve a petulância de enviar um expediente, um ofício, ao Sr. Ministro da Justiça, pedindo a permanência desses homens que, como Vossa Excelência muito bem frisou, estão respondendo processos, estão com contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas.

Ainda nestes dias, tomamos conhecimento que o Prefeito de Foz do Iguaçu teve suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas.

Estes donatários fizeram daquelas áreas verdadeiras fazendas, manipulando meia dúzia de Vereadores de seu partido, cometendo injustiças contra companheiros nossos, como é o caso do nobre companheiro de sua cidade, Dr. Adolfo Mariano da Costa, cassado por aquela Câmara espúria.

Vejo, com alegria, Vossa Excelência fazendo estréia nesta tribuna e, certamente, doravante o extremo-Oeste do Estado do Paraná e, porque não todo o Oeste, juntamente com Vossa Excelência e demais companheiros eleitos por aquela região, levantará mais alto a sua voz aqui nesta Casa e terá a atenção que merece por parte do nosso Governador José Richa. Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Agradecemos o aparte do colega de bancada e representante de nossa região, e devemos mais uma vez reafirmar a convicção de que, pela primeira



vez, nós Deputados, representamos aquela região e na condição de Deputado do Governo.

Mas, nem por isso, deixaremos de trazer a esta tribuna, os graves problemas por que nós passamos, principalmente nos municípios de Área de Segurança Nacional.

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vejo que Vossa Excelência e o nobre Deputado Sérgio Spada, cometem injustiça contra valorosos Deputados que exerceram seus mandatos nas legislaturas anteriores. Recordo-me do teor dos pronunciamentos do Sr. Deputado Fidécino Tolentino, hoje Prefeito de Cascavel, do seu partido; do Sr. Deputado Nelson Friedrich, hoje Secretário de Estado, do Interior. E quero declarar a Vossa Excelência que ilustres Deputados Estaduais do PDS, sempre tiveram altivez na defesa dos interesses da região oeste. Um dos testemunhos desse trabalho, é o Deputado Tércio Albuquerque, Vice-Líder do meu partido. Estão, aí, os Anais a registrar o seu intenso trabalho, a favor da população oeste. Não menos verdade, é o trabalho do Sr. Deputado David Cheriegate e do Sr. Deputado Egon Pudell, outro legítimo representante da região oeste do Paraná, o Sr. Deputado Werner Wanderer que conosco compartilha a responsabilidade de bem representar a região oeste do Paraná.

Vejo, portanto, Vossa Excelência nesta tarde, a título de novidade, cometer injustiças com o que ocorreu no passado.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA** — Agradeço o aparte de

Vossa Excelência e só gostaria de reafirmar, acho que Vossa Excelência, não sei se ouviu mal, mas nós aqui não fizemos referências desairosas a nenhum Deputado do Oeste. E, inclusive, queremos mais uma vez reafirmar a nossa posição, de que temos o maior respeito pelos Deputados que aqui ocuparam esta Casa, representando o Oeste e todos aqueles que ainda ocupam.

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — Agradeço o esclarecimento de Vossa Excelência.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA** — E, inclusive, queremos reafirmar também, que temos o maior respeito pelo Sr. Deputado Tércio Albuquerque que tem feito um excelente trabalho por aquela região, embora nós não concordemos em alguns aspectos no seu posicionamento político, principalmente a respeito dos municípios da Área de Segurança Nacional.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado José Antônio Fonseca, é com muito prazer que, nessa tarde, nos ouvimos o seu primeiro pronunciamento nesta Casa e vem com este fazer uma análise da situação dos municípios de Área de Segurança Nacional, bem como das contas do ex-Prefeito de Céu Azul, Geraldo Batista Chaves.

Não tenho procuração para defender o Prefeito de Céu Azul porque, nesta Casa, quem o representava era o ex-Deputado Egon Pudell, e no Congresso Nacional o Sr. Deputado Roberto Galvani e Antônio Mazurek. Entretanto, irei a Céu Azul conversar com as Lideranças políticas do meu partido, porque Vossa Excelência trouxe essas provas também geradas por uma sindicância pedida por um Prefeito seu inimigo político, e nos cabe o direito de defesa, apesar, como já disse, não representava este prefeito na Casa, nem tão pouco procuração para defendê-lo. Mas, nós vamos estudar e voltaremos à tribuna para responder a Vossa Excelência.

Com referência ao ex-Prefeito de Medianeira, Vossa Excelência sabe que sempre fui um opositor ao seu posicionamento, o ex-Prefeito Luiz Bonatto. Não nos cabe analisar a sua administração, neste momento, porque também, nunca tive autori-

zação e nunca fui seu amigo sequer particular, e Vossa Excelência sabe disso. Eu trabalhei junto com Vossa Excelência contra este ex-Prefeito de Medianeira.

Agora, com referência ao atual Prefeito, Vossa Excelência sabe que é um homem de bastante prestígio empresarial em Medianeira, um homem que goza de um respeito na sua comunidade e a sua administração e nós iremos julgá-lo dentro de pouco tempo; ainda é cedo.

O assunto sobre as eleições da Área de Segurança Nacional, constam dos Anais desta Casa e são as maiores provas que tenho. Desde que assumi a Assembléia Legislativa do Paraná, no meu primeiro mandato, fiz pronunciamento contra nomeações de Prefeitos. Sou favorável à eleição e Vossa Excelência deve saber disso, porque eu falava em público e falava nesta Casa. Entretanto, estou agora muito surpreso em Vossa Excelência fazer uma defesa por eleições diretas, visto que o meu Governador, o nosso Governador do Paraná, Sr. José Richa, terá uma audiência, amanhã, com o Sr. Presidente da República, onde vai pedir o direito de nomear os Prefeitos da Área de Segurança Nacional.

Ora, Sr. Deputado José Antônio Fonseca, não é apenas o PDS que quer nomear os Prefeitos, aliás o PDS nunca quis. Vossa Excelência sabe que o Governador José Richa vai conversar com o Presidente Figueiredo e vai pedir o direito de nomear os Prefeitos. É por isso que nós da Bancada, pedimos providências ao Presidente da República que ele ou decrete de uma vez por todas eleições diretas na Área de Segurança Nacional, que é isso que nós queremos, ou que permaneçam os atuais Prefeitos, ou façam uma revisão.

Mas, o PMDB, eu acredito que não queira nomear porque é do seu programa partidário não aceitar nomeações, apesar de que já caiu fora com o caso de Maurício Fruet, que é o Presidente da Conam; é um homem respeitado e Vossa Excelência há de convir comigo, Vossas Excelências estão querendo é nomear os Prefeitos e Vossa Excelência não venha aqui também, jogar pedras sem analisar o programa de trabalho do PMDB.

Com todo o respeito ouvi o seu discurso porque é brilhante.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA** — Só a título de esclarecimento ao nobre Deputado, nós gostaríamos de dizer que, inclusive, numa reunião do próprio Governador, de Deputados, representantes daqueles municípios da Área de Segurança, a nossa intervenção foi no sentido de que o Governador José Richa, nesse encontro que terá amanhã com o Presidente Figueiredo, já afirmasse a posição do partido que quer eleições diretas em todos os níveis, inclusive, de Presidente da República, e os Deputados que representam esses municípios da Área de Segurança foram unânimes em reafirmar a sua posição de que o Sr. José Richa tomasse essa posição dos Deputados e do povo que maciçamente votou no PMDB, que a nossa posição é de eleição direta naqueles municípios. Nós não queremos trocar seis por meia dúzia. E recentemente, Vossa Excelência é sabedor que lá estivemos, em cima dos palanques, e Vossa Excelência, inclusive, foi convidado para fazer parte do Conam, porque o Conam não é só do PMDB, levando a nossa posição aos eleitores daqueles municípios no sentido de que só há uma saída para a institucionalização deste País, que é eleições diretas em todos os níveis, mesmo nas capitais de Estado.

Mas, já que o tempo vai adiantado e para terminar o nosso pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, então no desfile de provas retratadoras desses 19 anos de crise institucional, no que eles foram na destruição dos valores morais desta Nação, este não se constitui apenas um fato. É o primeiro do suporte fático que orientará o espaço do Governo de Oposição.

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — Esta Presidência la-

menta comunicar a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) — Sr. Presidente, nós cedemos ao Deputado que está na tribuna, mais inco minutos do Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Já no horário das Lideranças, o Deputado tem a palavra por mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — “É o primeiro do suporte fático que orientará o espaço liberatório do Governo de Oposição no tocante do que nos cabe ao Plenário desta Casa, porque, na determinação de restaurar a dignidade moral desta República, temos também como tarefa, o zelo pela tradição de respeito e de grandeza que sempre teve esta Casa, cuja respeitabilidade e grandeza está na solidez e substância do trabalho que ela oferece ao Estado e do brilho que distingue os esforços culturais e humanísticos de todos aqueles que integram este Corpo Legislativo.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar, em plenário, as presenças do Sr. Angenor de Oliveira Júnior, Líder do PMDB na Câmara Municipal de Pitanga. Também, do Vereador Francisco Martins de Paula, também do Município de Pitanga.

Esta Presidência consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) — Sr. Presidente, o horário da Liderança é do PMDB. Para os próximos dez minutos falará o Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, o Sr. Deputado Sérgio Spada, por dez minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Já faz seis meses que o jornalista Juvêncio Mazzarollo está preso, condenado pela Lei de Segurança Nacional, por ter alegado crime de opinião. Seu encarceramento foi o desfecho trágico de uma feroz perseguição movida pelas forças antidemocráticas contra o jornal “Nosso Tempo”, de Foz do Iguaçu.

Os responsáveis por essa injustiça representam o poder despótico que, através da violência, da repressão e da censura, causaram a infelicidade da Nação brasileira e levaram o País ao estado de bancarrota geral que agora nos coloca a todos diante de uma realidade cruel, nesta crise sem precedentes na história do Brasil.

Entre todos os males impostos ao País, pela ditadura militar instalada em 1964, o amordaçamento da imprensa foi, sem dúvida, dos mais nefastos para a cultura e para a democracia.

Se olharmos para trás, veremos que no Paraná, nesses tempos negros de obscurantismo e opressão, nenhum órgão de imprensa livre, independente ou de oposição pode manter-se. Nenhum órgão da imprensa popular foi perdoado por esse poder mantido à força, e que teve no Paraná uma delegação exemplar na pessoa de Ney Braga e correligionários seus.

Os exemplos são muitos, mas basta recordar como ilustração o que aconteceu com o Jornal “Nosso Tempo”, de Londrina; o Jornal “Fala Paraná”, também de Londrina; o Jornal “Correio de Notícias”, de Curitiba; o Jornal “Hoje-Foz”, de Foz do Iguaçu. Nenhum pode manter-se. O terrorismo cultural devastou a todos e quis também, arrasar o semanário iguaçuense “Nosso Tempo”. Mas não conseguiu, graças à bravura de sua equipe e ao apoio da comunidade.

Para resumir, em poucas palavras, a missão do Jornal “Nosso Tempo”, diríamos que se constituiu num dos grandes instrumentos de luta popular em Foz do Iguaçu e na região Oeste do Estado. E podemos afirmar, com segurança - e até devemos fazê-lo, por justiça - que a ampla vitória da Oposição no Oeste nas eleições do ano passado, teve muito a ver com o trabalho desenvolvido por “Nosso Tempo”, desde sua fundação, em dezembro de 1980. Agora, aliás, ele continua sendo um instrumento que não podemos dispensar na luta pela consolidação da democracia, pelo fim do arbítrio, da prepotência, da corrupção, e pela continuidade da marcha do povo na rota de sua organização, da sua participação, sem o que nunca se libertará nem nunca libertará o País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, justamente por desenvolver esse trabalho, o jornalista Juvêncio Mazzarollo está preso há seis meses, tendo pela frente mais de um ano a cumprir na cadeia. Ele é inocente! Creio ser dispensável detalhar aqui as tramas movidas contra o Jornal “Nosso Tempo” e as artimanhas processuais que culminaram na prisão de Juvêncio.

A começar pelo instrumento jurídico usado para condená-lo - a Lei de Segurança Nacional - o jornalista não cumpre uma pena de justiça, mas é, sim, vítima de vingança. Os processos movidos contra ele e seus colegas Aluizio Palmar e João Adelino de Souza se tornam abomináveis a partir do mecanismo legal empregado, pois, a Lei de Segurança Nacional não passa de uma arma da ditadura - uma lei arbitrária que nem mesmo foi votada no Congresso Nacional e que faculta todo tipo de arbitrariedade, além de dar à Justiça Militar poderes para se imiscuir, de forma indevida e arrogante, nos assuntos da sociedade civil.

Por outro lado, o mecanismo processual que levou Juvêncio Mazzarollo ao cárcere apresentou trâmites e argumentos que ofendem qualquer sociedade civilizada, afrontam o Direito e zombam da Justiça. Nesse sentido, basta indicar três fatos, a saber: a Justiça Militar julgou em causa própria, fez “justiça” com as próprias mãos, e Juvêncio Mazzarollo foi acusado de infringir o artigo 14 da Lei de Segurança Nacional, mas acabou condenado com base no artigo 42; e, conforme ficou limpidamente evidenciado, a sessão de julgamento não passou de uma peça teatral, eis que a condenação acertada por encomenda muito antes ...

O Senador Humberto Lucena, do PMDB da Paraíba, em matéria publicada na “Folha de São Paulo”, no último dia 18, escreveu com extrema propriedade: “Sabemos todos que, entre nós, são exatamente os estudantes, os professores, os jornalistas, os religiosos e os artistas foram os primeiros a serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional quando o “sistema” se sente ameaçado ou quer mostrar sua força”.

É esse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o sentido da prisão do jornalista Juvêncio Mazzarollo, dos jornalistas do “Co-jornal”, de Porto Alegre, do Jornal “Hora do Povo” e do Jornal “Resistência”, do Pará; é esse o sentido da prisão dos padres franceses Aristides e Francisco e dos posseiros do Pará; é esse também, o sentido do recente enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos jornalistas José Carlos de Assis, da “Folha de São Paulo”, e Júnio Mesquita Neto, de “O Estado de São Paulo”; é esse o sentido da condenação, desta vez pelo Código Penal Militar, dos jornalistas Alaim Araújo e Hélio Fernandes Filho, da “Tribuna da Imprensa”, no último dia 17, no Rio de Janeiro.

É a triste realidade que se nos apresenta. É a realidade que está diante de nossos olhos, aqui bem perto de nós - na Prisão Provisória de Curitiba, onde está preso nosso companheiro Juvêncio Mazzarollo, e onde também, nos sentimos presos, porque comungamos do sofrimento desse lutador desinteressado.

O Presidente Figueiredo, Chefe máximo desse regime, nos pede trégua política e reclama cooperação, quando não nos

acusa de provocadores de confrontos e radicalismo. Mas, pergunto eu, Senhores: Quem são os revancistas, os provocadores, senão os que mantêm preso o jornalista Juvêncio Mazzarollo e aplicam a Lei de Segurança Nacional para sufocar o povo, para as mais tristes verdades sobre a situação do País?

Enquanto Juvêncio Mazzarollo estiver preso, e persistir leis anti-povo, para nós a proposta de trégua soa como brincadeira de mau gosto, um pedido para que continuemos apanhando sem reclamar.

Não é de trégua, mistificações e desvios dessa natureza que o País precisa. O Brasil reclama, isto sim, de maior luta do povo, para que este seja servido pelo Governo, e não que continue escravo de uma elite devassa e inescrupulosa.

Diante da rendição da soberania nacional à sanha do sistema financeiro internacional e diante da impunidade dos que, fazendo parte dos altos escalões governamentais, patrocinam a avalanche de escândalos públicos que todos conhecem, a prisão de Juvêncio Mazzarollo, de outros jornalistas e líderes populares em nome da segurança nacional, se nos afigura como um deboche, uma terrível distorção, um escárnio, uma afronta que o poder nos aflige coletivamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O jornalista Juvêncio Mazzarollo não pode mais continuar suportando os horrores do cárcere. Ele faz enorme falta na sua missão aqui fora, junto ao povo por quem sempre lutou. Sua prisão causa indignação e nos envergonha; envergonha o Direito, avilta a Justiça, conspurca nossa Pátria e pisoteia os direitos humanos.

Sua libertação é um desafio imediato e forte que se oferece a nós parlamentares e ao Governo do Paraná como um todo - a nível de Executivo, Legislativo e Judiciário.

Se não agirmos com presteza e energia, podemos estar incorrendo no imperdoável erro da omissão, tornando-nos cúmplices da indignidade. E não será em nome de um acovardamento pacifista que ficaremos tratando a questão com amenidades.

Estão para serem apreciados, a qualquer momento, recursos junto ao Superior Tribunal Militar e ao Supremo Tribunal Federal, impetrados em favor do jornalista, por seus advogados. Por isso, nossa posição oficial deve-me fazer sentir urgentemente em Brasília. Nós queremos que se restabeleça, enfim, a justiça e que termine a insatisfação popular, a perturbação da paz social levemente pela justiça militar em nosso Estado.

Tenho certeza de que Vossas Excelências acompanham a insistente luta que se desenvolve na sociedade para a libertação do jornalista. Todos conhecem a luta do Comitê Pró-Libertação de Juvêncio e de tantas entidades e personalidades do meio social. Devo acrescentar, também, que a Anistia Internacional se juntou a esta luta, fazendo a adoção do jornalista, o que significa que o problema está entre as grandes preocupações daquele emérito organismo.

Se faço este apelo veemente é porque sinto profundamente a angústia dos dias de nosso companheiro, no cárcere. Faço-o, igualmente, porque confio nas convicções democráticas e humanísticas de todos os integrantes desta Casa, independente de facção partidária. E faço o apelo também, porque ainda quero ter confiança no espírito democrático e no senso de justiça dos tribunais militares em casos desta natureza.

Entretanto, soubemos que o procurador Péricles Aurélio Lima de Queiroz, da Auditoria da 5a. Circunscrição Judiciária do Paraná, encaminhou ao Supremo Tribunal Militar, nesses dias, um terrível dossiê contra Juvêncio Mazzarollo, valendo-se de um caudal de mesquinharias e calúnias contra o preso, no afã de vê-lo condenado a penas ainda mais severas. Tudo porque Juvêncio Mazzarollo, mesmo no cárcere, não se acovardou, apesar de sofrer cerceamentos ilegais, como a proibição de receber visitas de jornalistas. E agora, Senhores, aquela autoridade está reclamando censura postal para o preso.

Pergunto, então, se podemos ficar inertes diante de tanta

arrogância, arbitrariedade e injustiça:

Assumo esta posição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por um dever de solidariedade para com o jornalista preso - mesmo porque represento nesta Casa a comunidade de Foz do Iguaçu, comunidade que é a de Juvêncio Mazzarollo e do jornal "Nosso Tempo".

Para concluir, permita-me ainda citar o grande pensador brasileiro Tristão de Athayde que, em matéria para a "Folha de São Paulo" intitulada "O Medo da Verdade", publicada no último dia 18, assinalou: "Bastava que de todas as nossas atuais humilhações nacionais tirássemos a lição de que só a verdade nos liberta e nos honra, para que, longe de nos sentirmos diminuídos com as humilhações que nos foram impostas ou que nos levam a curvar a cabeça, aproveitemos as circunstâncias para tirar dessas humilhações uma lição de nova coragem de prosseguir em nossa rota autêntica brasileira. Mas isso, com a condição de reconhecermos os nossos erros e não prosseguirmos no caminho da mentira, da arrogância, da corrupção e do medo da verdade".

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência comete mais algumas injustiças, nesta tarde, ao dizer que toda a imprensa do Paraná foi manietada durante o período em que o Governador Ney Braga exerceu a mais alta magistratura no Paraná. Até porque, na região de Vossa Excelência, na região Oeste, região na qual eu também faço política, existem jornais tidos como independentes, porque, no conceito de Vossa Excelência, somente é jornal independente aquele que apóia o Partido de Vossa Excelência.

É o caso, por exemplo, do Semanário "Hoje", da Cidade de Cascavel.

Mas, Vossa Excelência também comete uma injustiça com relação a um colega seu de bancada. Está aqui um homem da Imprensa do Paraná, o Deputado Ervin Bonkoski, o mais votado na última eleição, na História política do Paraná, e, Sua Excelência é proprietário de duas rádios concessionárias de serviço público, dois meios de comunicação, poderosíssimo na Capital de Curitiba, e digo isto, não para agradar o Deputado Ervin Bonkoski e nem para fazer comercial de suas rádios, mas Sua Excelência, provavelmente, o Deputado Ervin Bonkoski, comportou-se com independência jornalística e de informação; a par disto, Vossa Excelência sabe que o problema do jornalista cuja profissão não está ainda bem determinada no processo judicial a que Vossa Excelência se refere, Juvêncio Mazzarollo, Vossa Excelência sabe que existe um processo judicial que independe da vontade do Governador Ney Braga...

**O SR. SÉRGIO SPADA** — Baseado na Lei de Segurança Nacional.

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — ... e para tal, o Governador

Ney Braga não praticou nenhum ato para que o Juvêncio Mazzarollo fosse enquadrado, julgado, condenado e apenado pela Lei de Segurança Nacional que eu também condeno e sempre condenei, na minha vida pública; agora, ainda ontem, recebi da Comissão Justiça e Paz do Paraná, da Regional Sul 2, uma solicitação para que interferisse, junto ao Secretário da Justiça, Dr. Horácio Raccanello, no sentido de que, o Sr. Juvêncio Mazzarollo cuja identidade profissional não está - no meu entendimento - bem definida ainda, pudesse receber um tratamento mais condigno, na prisão onde cumpre a sua pena. E eu também apelo a Vossa Excelência, no sentido de que solicite ao Secretário da Justiça, do PMDB, o atendimento a melhores condições para o cumprimento da pena do Sr. Juvêncio Mazzarollo.

**O SR. SÉRGIO SPADA** — Eu agradeço o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência comunica o Deputado que se encontra na tribuna, que o tempo que lhe fora destinado está esgotado.

O SR. LÍDER DA BANCADA DO PMDB — Sr. Presidente, esta Liderança concede mais cinco minutos, ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte do nobre Líder do PDS, agora, repudio a sua colocação que visa, nitidamente, incompatibilizar-me com a Imprensa do Paraná. Eu falei, jornal alternativo. É esta, a realidade. E Juvêncio Mazzarollo está sendo condenado, está cumprindo pena talvez não por ingerência direta do Governador do Estado, mas, por um súdito seu, o Coronel Clóvis Cunha Viana, de Foz do Iguaçu, que, numa cilada organizada no I Batalhão de Fronteira, convidou o jornalista Juvêncio Mazzarollo para participar de uma reunião comunitária. Foi uma farsa preparada.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é vindo de encontro à sugestão do nobre Líder do PDS, que eu faço, nesta oportunidade, um requerimento, através do qual eu solicito o encaminhamento do meu pronunciamento, às seguintes autoridades: Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança, Excelentíssimo Sr. Secretário da Justiça, Excelentíssimos Srs. Líderes dos Partidos nas Câmara e no Senado, e Srs. Líderes dos Partidos na Assembléias Legislativas dos diversos Estados, e ao Diretório Regional do PMDB, juntamente visando a intervenção, o abraço, por todas essas pessoas, essas autoridades e esses Órgãos, para que a pena de Juvêncio Mazzarollo seja diminuída, para que o nosso companheiro Juvêncio Mazzarollo volte a fazer parte da sociedade livre, para que Juvêncio Mazarollo volte ao meio de nossa comunidade, para prestar aquele serviço que tão bem vinha prestando à comunidade de Foz do Iguaçu e de toda a região.

O Sr. Luiz Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, apenas para uma pergunta a Vossa Excelência, e para uma pequena consideração.

A pergunta é a seguinte: eu ouvi dizer e gostaria de saber se Vossa Excelência confirmaria isto para mim, que, esse rapaz, o Juvêncio Mazzarollo...

O SR. SÉRGIO SPADA — Jornalista!

O Sr. Gabriel Sampaio — ... foi condenado pela Justiça, em Foz do Iguaçu, pelo exercício ilegal da profissão de jornalista?

Esta, a primeira pergunta.

Soube, inclusive, que a sentença já transitou em julgado.

Em segundo lugar, uma consideração: quero dizer a Vossa Excelência, que o requerimento feito para que esse pronunciamento vá até a Presidência da República, eu quero fazer votos que ele não chegue antes do seu Governador chegar lá, porque o Sr. José Richa vai se encontrar com o Presidente amanhã, e ele apoia a trégua política que Vossa Excelência tão veementemente discorda.

Então, tenho certeza que o Sr. Presidente, recebendo o requerimento antes de receber o Sr. Governador, vai colocar em dúvida a unidade do seu partido no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Só para esclarecimento. O jornalista Juvêncio Mazzarollo está condenado e cumprindo pena, inclusive respondendo a mais de um processo com base na Lei de Segurança Nacional. Dois processos com base na Lei de Segurança Nacional, além de um terceiro, baseado na Lei de Imprensa.

O Sr. Gabriel Sampaio — A pergunta que eu faço a Vossa Excelência é se foi condenado pelo exercício ilegal da profissão.

O SR. SÉRGIO SPADA — Foi condenado a pagar 10 mil cruzeiros.

O Sr. Gabriel Sampaio — Pelo exercício ilegal da profissão? Exatamente isso? Eu não ouvi bem.

O SR. SÉRGIO SPADA — O processo, nobre Deputado, foi desvirtuado.

O Sr. Rubens Bueno — Deputado Sérgio Spada, permite-me um aparte? (Assentimento).

Juvêncio Mazarollo, como tantos outros neste País, que denunciaram a corrupção, a violência e o arbítrio, foram condenados, muitos foram banidos, tantos outros presos, e muitos até assassinados nos porões da ditadura. Este é o esclarecimento que precisa dar à Bancada do PDS a nível de Assembléia Legislativa e de Congresso Nacional.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado, eu queria a resposta concreta deste caso.

O SR. SÉRGIO SPADA — Espero que a Bancada Pedessista, que se diz democrata, abrace essa causa, abrace essa luta.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos). A Presidência comunica ao Sr. Deputado, que o seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens, Bueno, que usará o restante do horário destinado à Liderança do PMDB.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No último sábado, 16 de abril, matéria estampada no jornal "O Estado do Paraná", cujo título: "CPI é brincadeira ilegal, acusa Luiz", e lendo a matéria ela diz o seguinte no seu primeiro parágrafo: "O Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Líder do PDS, atacou em pronunciamento da tribuna da Assembléia, a iniciativa do Deputado Rubens Bueno que requereu a instalação da CPI da corrupção".

Nada mais falso, nada mais do que aquilo quando homens públicos distoam do verdadeiro sentido do seu mandato.

Não houve nenhum pronunciamento da tribuna da Assembléia do Líder Luiz Alberto. Nenhum pronunciamento. O Líder do PDS, segundo "o pronunciamento da tribuna da Assembléia Legislativa" - que não houve - trata-se de palavreado "vazio, cansativo e repetitivo", "demagógico" em sua essência, pois não conta com o respaldo legal da Constituição do Estado.

Se é cansativo, se é repetitivo, é porque os corruptos cansaram de roubar neste Paraná. Se é repetitivo é porque se repetiu muito roubo no Estado do Paraná, não só no Estado do Paraná como em todo o País, não só a nível de Governo Estadual, como a nível de governos municipais, como também a nível do Governo Federal.

Em seguida, "o Deputado Luiz Alberto citou o artigo 19, da tribuna da Assembléia", que ele não citou e não disse. Como

"se verifica - segundo palavras dele - são novas generalidades do PMDB, sem qualquer fundamento - observou o Líder, lembrando que a denominação "CPI da corrupção" é genérica e não aponta para um fato determinado.

Esquece Sua Excelência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós anunciamos a instalação desta CPI para apurar irregularidades dos últimos 4 anos dos governos que por aí passaram. Portanto, não estamos generalizando coisa alguma, serão fatos concretos. Nós estamos compilando dados, nós estamos juntando documentos para a instalação dessa CPI.

Jamais faríamos uma CPI do oba, oba. A CPI daqueles que sustentaram não só o regime nesse Estado nos últimos 20 anos, como aqueles que sustentaram o regime a nível de congresso nacional, onde as maiores perseguições, onde a corrupção de todo tipo, em todos os instantes foram denunciadas pela imprensa.

Em seguida, no terceiro parágrafo, do pronunciamento que não foi lido da tribuna da Assembléia, o Deputado Líder do PDS, enfatizou: "que o mais condenável na iniciativa de Rubens Bueno, é o anonimato das denúncias, pois o Parlamentar do PMDB referiu-se a denúncia de pessoas inconformadas, sem contudo mencionar o nome dessas pessoas". Se o Deputado Líder do PDS está com pressa de saber os nomes, o seu mandato não termina no próximo mês, não termina no próximo ano. E esta CPI será instalada e os nomes serão divulgados e a corrupção será dita em todo Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França — Nobre Deputado Rubens Bueno, queremos parabenizá-lo por sua iniciativa. Mesmo porque a verdade tem que ser buscada, a verdade tem que ser colocada. Porque é sobre uma situação caótica em que se sonega a realidade dos fatos, é que se propala o desrespeito, é que se propala toda sorte de mal estar da população.

Mas nós queremos aproveitar esse aparte também, Sr. Deputado, para informar aos nossos companheiros, aos nossos colegas, que amanhã, às 9 horas, haveremos de instalar a Comissão, a CPI da falência municipalista. Em que a par da problemática institucional, nós haveremos de levantar, corroborando também com o pensamento de Vossa Excelência, dados. E nós não aceitamos de forma alguma, acusação antecipada, como diz Vossa Excelência, de que o PMDB não apresenta nomes.

Estamos compilando e haveremos devidamente com Vossa Excelência de apresentar não só nomes como todo um arrazoado de comprovações, das vezes em que se desrespeitou o erário público. Espontaneamente nos chegam às mãos, quase todos os dias, verdadeiros calhamaços que demonstram que a administração se faz com bom senso e que jamais se pode dispensar o critério da probidade administrativa.

Portanto, parabéns Excelência, e conjuntamente, somando força, haveremos de mostrar que um tempo novo deve ser inaugurado e que pressuponha a descoberta total e a chamada para um novo dia e que, através da probidade, o Paraná possa saber que pode confiar naqueles que o Paraná elegeu, para reger os destinos deste Estado.

O SR. RUBENS BUENO — Incorporo, com muito prazer e muita honra, o aparte do Deputado Tadeu França. Mas aí dizia o Deputado Luiz Alberto da tribuna da Assembléia, o pronunciamento da tribuna da Assembléia. Bom, a grande verdade, faça-se justiça, pode ser a tribuna de uma Assembléia de outro Estado, aqui não diz a matéria. Mas, gostaria de ler aqui mais um trecho do pronunciamento da tribuna da Assembléia, que Vossa Excelência não fez.

"Apurar responsabilidade nos desmandos administrativos verificados nos últimos anos". Encerra em verdade, segundo palavras de Sua Excelência Luiz Alberto de Oliveira, Líder do PDS, encerra em verdade um "copy desk" desastroso, de inicia-

tiva semelhante do Senador Álvaro Dias no plano federal. Que inverdade. Não é possível que o Líder de um partido diz na tribuna que não fez pronunciamento de fatos que não aconteceram.

Álvaro Dias nunca anunciou, nem aprovou, nem participou da CPI de corrupção. Teve uma que foi instalada no Congresso Nacional que o PDS a minou e a esvaziou, de autoria do Deputado Walber Guimarães. Jamais o Senador Álvaro Dias, aliás, tem pronunciamento dele na época dizendo-se contra a instalação da CPI da Corrupção. Porque o PMDB, o MDB da época era minoria no Congresso Nacional. E o PDS, a sua Arena faria de tudo para esvaziar como esvaziou a CPI da corrupção. Mas foi inverdade de um pronunciamento feito da tribuna da Assembléia, não sei se é do Paraná, porque no Paraná não houve porque isso não aconteceu.

O Líder da Bancada do PDS no Legislativo Estadual acha que Rubens Bueno está se afastando do espírito público e do bem comum, para situar seu ângulo de interesse pessoal, ignorando o direito e a técnica constitucionais. Quero lembrar a Sua Excelência, Deputado Luiz Alberto, que não se preocupe quanto ao direito e a técnica constitucionais, porque nós estamos preocupados também com isso. E quando for instalada a CPI para apurar irregularidades do governo nos últimos quatro anos, ela será feita dentro do direito e da técnica constitucional.

No final do seu discurso, que discurso esse, hein? Está aqui na matéria. No final do seu discurso, Luiz Alberto fez uma advertência à Bancada do PMDB, que advertência essa que não houve. Onde foi essa advertência? Finalizando, que o PDS pugna pelo aprimoramento das instituições e não pela sua derrocada, como querem os representantes do PMDB, transformando mandatários do povo em patrulheiros ideológicos da administração Richa numa versão cabocla da polícia secreta das mais tirânicas ditaduras.

Quem falar de tirania, quem falar de ditadura, eles não têm autoridade nenhuma para isso. Falar de tirania, falar de ditadura, falar de polícia secreta. Agora, do linguajar caboclo, da versão cabocla que exige e quer a moralidade administrativa, não tenha dúvida disso. Viremos aqui com a versão cabocla, mas a versão da austeridade administrativa, que é um compromisso do PMDB, é compromisso dos parlamentares deste partido que viu no correr do seu caminho o sangue derramado, o mandato cassado, irmãos brasileiros banidos.

Com prazer, concedo o aparte, pela ordem, ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência não vai me conceder o aparte?

O SR. RUBENS BUENO — Com prazer, Excelência.

O Sr. Paulo Furiatti — Nobre Deputado, sentimos que qualquer proposta que venha hoje a levantar os desmandos da administração passada estão a causar arrepios na Bancada do PDS. Arrepios e o não aceite que não foi dito aqui porque eu estava presente, mas foi dito no jornal.

Na verdade a propugnação do PMDB pela democracia, quer dizer que regras do jogo têm que ser iguais a todos e todos devem estar sujeitas ao império da lei e não ao império dos homens. E não vejo preocupação nenhuma, nobre Deputado, de se apurar as responsabilidades e tenho certeza absoluta, Vossa Excelência não está como um nobre Deputado e homem público a dar guarida a qualquer ato que venha a ferir a lei ou que tenha vindo a ferir a lei.

E diante disso o que se propõe é apenas uma CPI para se levantar os fatos e à luz da lei, nos erros cometidos, as responsabilidades sejam levantadas e sejam punidas como a lei manda sem nenhum problema. Muito obrigado, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO — É para dizer que eu vou responder

a Vossa Excelência em seguida, e solicito que Vossa Excelência permaneça no plenário.

O SR. RUBENS BUENO — Se Vossa Excelência permitir os apartes como da semana passada, nós não temos nem porque permanecer no plenário. Porque Vossa Excelência, eu estou dialogando e vou ouvir Vossa Excelência, se permitir que nós possamos debater.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — É que Vossa Excelência tem pouco tempo e é por isso que eu não quero dialogar com Vossa Excelência.

O SR. RUBENS BUENO — Mas na semana passada Vossa Excelência subiu à tribuna, usou todo o tempo e não permitiu aparte à nossa bancada.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — É que naquela ocasião eu tinha o tempo escasso e Vossa Excelência sabe disso.

O SR. RUBENS BUENO — E esperamos que isso não aconteça hoje. Em seguida, concedo o aparte ao Sr. Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Estou estupefato, nobre Deputado Rubens Bueno, pelo fato que Vossa Excelência traz ao nosso plenário. Um discurso publicado oriundo deste plenário, desta Assembléia e que realmente não o foi. Para que possamos combater uma realidade, é preciso que tenhamos dela o mais claro entendimento e este fato legitima algumas coisas para que a Bancada do PMDB possa entender como funciona a Bancada do PDS.

A verdadeira liderança desta brilhante bancada está no jornal "O Estado do Paraná". É o Deputado Federal Paulo Pimentel um verdadeiro Líder. Mas, no entanto, está havendo um problema de comunicação porque os discursos estão sendo publicados com antecedência. A nossa preocupação deve se centrar no jornal "O Estado do Paraná" e esperamos que, daqui para a frente, a comunicação se estabeleça para que não tenhamos que, no dia seguinte, contradizer nesta Assembléia.

Muito obrigado pelo aparte, ilustre Deputado. Acho que estas informações nos farão mais capazes de colocar o PDS no seu devido lugar.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço e me incorporo, com muita satisfação, ao aparte do nobre Deputado Roberto Requião. Para finalizar, vamos aguardar e ver se poderemos participar do pronunciamento do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira. E lembrando que o discurso anunciado no sábado, dia 16 de abril, passa a ser lido hoje, dia 18, desta tribuna.

Agradeço, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Esta Presidência quer registrar, com satisfação, a presença em plenário dos Srs. Olavo Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Peabiru, José Bispo da Silva, membro do Diretório Municipal do PMDB de Barbosa Ferraz, José Santana Pinto, Vereador de Quitandinha, Jorge da Silva Freitas, Vereador de Quitandinha, Stefano Graezk, Vereador de Mandirituba.

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Rubens Bueno fez uma canhestra tentativa de ironizar nesta tarde. Ao fazê-lo, Sua Excelência se refere a um discurso que não houve, a respeito de uma CPI que não existe. Creio que Sua Excelência empata com este nobre Deputado, ao fazer referência a um discurso que não existiu.

Realmente, no plenário desta Casa e Sua Excelência sabe com perfeição que o discurso não se concretizou em razão de haver cedido, sexta-feira, o Horário da Liderança do meu partido, para que o Deputado Tércio Albuquerque fizesse mais uma grave denúncia contra o Governo de José Richa.

Naquele dia e naquela manhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, avisei ao ilustre Deputado Rubens Bueno que iria fazer um pronunciamento a respeito da CPI que não houve, da CPI que está na imaginação fértil do Deputado Rubens Bueno.

Mas Sua Excelência não ficou apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no não dizendo, dizendo; no não afirmando, afirmando, porque no tempo em que Sua Excelência foi à tribuna da Assembléia para anunciar a sua criação legislativa, ao mesmo tempo foi aos jornais, foi à televisão, dizendo, como se ele fosse o único titular do poder fiscalizatório e legislativo deste Parlamento, que ele iria propor e ele iria aprovar uma CPI, que pelos meus parcos conhecimento de Assembléia Legislativa, depende ou da adesão de um terço dos Srs. Deputados, como o caso da CPI da demissão dos funcionários públicos, e Sua Excelência o Sr. Deputado Rubens Bueno é técnico em informação e sabe portanto que precisava criar um outro fato, para que a CPI das demissões, esta sim, já em tramitação legal na Assembléia, pudesse ter a sua repercussão ou a sua ressonância abafada, pela criação de um outro fato, que seria a CPI da corrupção. E digo a este Plenário, o que não pude dizer na sexta-feira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque as denúncias são tantas contra o desgoverno no Paraná, que há falta de espaço para que os parlamentares possam usar desta tribuna.

Ademais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres Deputados do PMDB, inclusive o Deputado Nilso Sguarezi, tem usado do expediente de dar declarações aos jornais sem ter feito pronunciamento nesta Casa. É uma prática usual na Assembléia Legislativa do Paraná.

Mas, mais, Sr. Presidente, desejo responder também o aparte do Deputado Roberto Requião de Mello e Silva... O Sr. Roberto Requião — Deputado, quero me inscrever para os apartes.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Com muito prazer.

Concederei o aparte na medida em que concluir o raciocínio; nós temos tempo para dialogar, para dizer a Sua Excelência que começa o aparte citando uma frase de Brecht, sem revelar a autoria; Sua Excelência diz que para mudar a realidade é preciso conhecer a realidade. Foi isso que Sua Excelência disse em suas palavras, sem citar o autor, também, que é Brecht. E eu cito o autor para dizer a Sua Excelência que o Dr. Paulo Pimentel não é mais Deputado; é ex-Deputado. E portanto, pelo seu desconhecimento da história política do Paraná, creio que a quem demonstra tal desconhecimento não é preciso sequer respondê-lo. Mas digo, Sr. Presidente, e firmo a posição de nossa bancada, nós apoiamos a CPI para analisar o problema da Secretaria da Saúde; apoiamos o requerimento do Deputado Tadeu França, para analisar a CPI da falência do municipalismo. Dois temas específicos, perfeitamente esclarecidos no teor do requerimento de constituição da CPI. O que não concordamos, é com a covardia do anonimato da denúncia, Sr. Presidente. O que nós entendemos que esta Casa não pode se transformar, é numa superdelegacia de polícia, para investigar a todos e a tudo; sem especificar no requerimento, qual a denúncia, qual a corrupção que se quer comprovar.

O Governo José Richa dispõe hoje de todo instrumental necessário, e é Sua Excelência que denuncia no jornal "A Gazeta do Povo", que irá constituir auditoria para o levantamento de eventuais irregularidades praticadas. Diz Sua Excelência que fará o levantamento dos últimos dez anos, dos últimos oito anos, vamos analisar as denúncias que este PMDB apresentava nesta Assembléia Legislativa, contra o uso indevido de recursos públicos na construção de estradas chamadas "casca de ovo".

Vamos analisar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os escândalos da época do Governo de Canet Jr., Frigorífico Parplan, Corretora Ferraz de Campos, que faliu e levou centenas de pequenos investidores a uma situação trágica de desespero.

Nós, Deputados do PDS, temos a titularidade do poder



fiscalizatório neste Estado pela eleição e pelo voto livre do povo paranaense, como também, possuem os Deputados do PMDB.

Estamos dispostos, sempre que necessário, apoiar qualquer medida que signifique a fiscalização dos atos de recursos públicos.

O que não podemos concordar e não calaremos jamais é contra a CPI da intimidatória fachada que não diga no termo da Constituição, da Lei, da Legislação Federal e prática legislativa a que fim se destine, mas que sirva apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma fachada para encobrir o Governo José Richa que, em trinta dias, faz mais de 10 demissões por dia, agravando uma situação de desemprego no Estado.

Concedo o aparte ao Deputado Rubens Bueno, posteriormente ao Deputado Gabriel Sampaio e depois ao Deputado Nilso Sguarezi.

**O Sr. Rubens Bueno** — Deputado, eu fico feliz porque Vossa Excelência não nega a inverdade da notícia. E Vossa Excelência concorda e sabe que foi anunciada uma CPI para apurar as irregularidades. E quando anunciamos da tribuna, não foi no jornal, nós anunciamos da tribuna.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Vossa Excelência quer dialogar?

**O Sr. Rubens Bueno** — Perfeitamente, com o maior prazer. Quero só esclarecer. Eu o fiz, anunciei em nome do meu partido, desta tribuna, que estávamos compilando dados para instalação de uma CPI.

E no outro dia, para surpresa minha, o seu pronunciamento no jornal feito da tribuna da Assembléia. Só se foi de outra Assembléia, Excelência, porque no Paraná não foi.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Talvez tenha sido em outra Assembléia.

**O Sr. Rubens Bueno** — Talvez tenha sido, a capacidade de Vossa Excelência extravasa as fronteiras do Paraná.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Vossa Excelência tem uma ironia peculiar.

**O Sr. Rubens Bueno** — Deputado Luiz Alberto, não negar que realmente houve este pronunciamento da tribuna desta Assembléia, realmente já é um grande passo. Vossa Excelência já traz para nós com satisfação que nem sempre as notícias veiculadas, nem sempre elas merecem o respeito.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Vossa Excelência está avançando. Antigamente Vossa Excelência achava que toda notícia publicada pelo jornal "O Estado do Paraná" era facciosa.

Agora Vossa Excelência está dizendo que nem sempre.

**O Sr. Rubens Bueno** — Nunca foi dito nestes termos. Nunca.

Quero lembrar a Vossa Excelência também, que no caso das CPIs das demissões, aprovamos a CPI apresentada por Vossa Excelência, pela bancada do seu partido, acrescentando um detalhe, Excelência, que na CPI das demissões serão também investigadas as admissões ocorridas em 82, que é um caso muito grave.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Independeu do voto da bancada de Vossa Excelência.

**O Sr. Rubens Bueno** — Independeu?

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Independeu.

**O Sr. Rubens Bueno** — Por que independeu?

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Porque a Bancada do PDS tem número constitucional de um terço para requerer a CPI. Vossa Excelência conhece o texto do Regimento Interno e o texto do artigo 19 da Constituição Estadual, que estabelece que a...

**O Sr. Rubens Bueno** — Mas as CPIs também quando o PMDB tinha o mesmo número de Deputados nesta Casa, nem todas foram constituídas, porque não atendiam os interesses, tanto é

Excelência, — e Vossa Excelência acabou de dizer dos problemas que houve aqui em outros Governos, lembrando que, naquela época, a Maioria era o Partido de Vossa Excelência. Se nada foi realizado, nem a CPI foi instaurada, é porque a Maioria desta Casa como dizia então o Deputado Gabriel Manoel, é o partido da inércia.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Para esclarecer a Vossa Excelência.

Vossa Excelência comete um pecado mortal contra ilustres companheiros seus, do seu partido, que requereram CPIs no passado, que foram aprovadas, inclusive independente da vontade da Maioria desta Casa.

Vossa Excelência não desconhece que, por exemplo... Vossa Excelência não está afirmando verdades. Vossa Excelência está equivocado.

**O Sr. Rubens Bueno** — Deputado Luiz Alberto, eu esperei com paciência concluir o raciocínio, que, aliás, foi longo, levou quase dez minutos para ser concluído.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Permita-me esclarecer a Vossa Excelência?

**O Sr. Rubens Bueno** — Os fatos estão aí para esclarecer a Vossa Excelência. O seu partido era Maioria nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** — A Presidência solicita aos Srs. Deputados desta Casa o cumprimento do Regimento Interno que não permite discursos paralelos.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Já concedo aparte a Vossa Excelência.

Mas, permita-me Vossa Excelência esclarecê-lo com relação ao problema da CPI na legislatura passada. Na legislatura passada, o PMDB tinha o número suficiente: 24 Deputados, para requerer a CPI que bem entendesse e independe, diz o texto da Constituição e do Regimento Interno, DA APROVAÇÃO DO PLENÁRIO, o pedido de CPI que venha aprovado por um terço de Deputados estaduais.

Em consequência disto, a Bancada do PMDB na legislatura passada, apesar de minoritária, teve o poder de requerer a CPI que julgasse mais conveniente e requereram no passado. E aí Vossa Excelência comete injustiças, por exemplo, com relação ao Deputado Renato Bernardi, que requereu uma CPI da desparanização.

**O Sr. Rubens Bueno** — Deputado Luiz Alberto, quando Vossa

Excelência fala da CPI da corrupção, é evidente que ela não houve. Ela foi anunciada e será instalada. Ela foi anunciada com antecedência, nobre Deputado, exatamente para que não venha incorrer nesse termo "copy-desk". "Copy-desk" é o pronunciamento que não houve. (inaudível) Mas que é repetitivo, claro que é. A corrupção nunca foi tão repetitiva. Veja Vossa Excelência o que não podemos é deixar que as irregularidades cometidas... estou ainda com o aparte?

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Gostaria que Vossa Excelência seja breve, o mais breve possível. Tenho outro assunto sério para trazer ao conhecimento da Casa.

**O Sr. Rubens Bueno** — Este assunto aqui não é sério, Excelência, de um pronunciamento feito da tribuna da Assembléia que não houve?

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Vossa Excelência sabe que este pronunciamento que não houve foi referente a uma CPI que não existe.

**O Sr. Rubens Bueno** — A CPI foi anunciada, Excelência.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Eu assumo, Deputado Rubens Bueno, as declarações que fiz ao jornal. Assumo.



Acho que Vossa Excelência tem o dever, aliás, dever de homem público, de trazer ao conhecimento desta Casa, todos os atos irregulares que tenham acontecido.

O Sr. Rubens Bueno — Mas Vossa Excelência está combatendo a CPI.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Este procedimento, Sr. Deputado, não é só parlamentar...

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência falou da CPI da Falência dos Municípios, da Bancada do PDS...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — ... mas é até legal. Vossa Excelência não desconhece...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência solicita o cumprimento do Artigo 78, § 6.º, do Regimento Interno, que diz o seguinte:

“Não serão permitidos apartes às palavras do Presidente e paralelos ao discurso, por ocasião do Encaminhamento de Votação”.

O Sr. Rubens Bueno — Eu encerro, Deputado. Eu encerro. Ainda, somente, quero também ao encerrar, lembrar Vossa Excelência da acusação falsa que foi feita ao Senador Álvaro Dias, que nunca participou de CPI de Corrupção. Só queria lembrar a Vossa Excelência mais este desagradável fato.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Permito-me dizer que o “copy-desk” da iniciativa então não foi do Senador Álvaro Dias, mas do Deputado Walber Guimarães.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Eminentíssimo Deputado Luiz Alberto, com referência ao pedido de CPI que acabou se intitulando de Corrupção, a ser formulada pelo Deputado Rubens Bueno, eu devo esclarecer à Casa, que a Liderança do PDS autorizou, após uma consulta prévia do Deputado Rubens Bueno, que ele compilasse os dados para que o requerimento tivesse a formalização, de vez que, a nossa bancada dará inteiro apoio ao requerimento que, em exposição feita numa reunião de bancada, assumiu o compromisso de trazer para ser formalizada a CPI.

O aspecto é apenas que eu queria por um reparo à sua afirmação de que a Bancada do PDS tem condições de impor o requerimento de uma CPI, realmente tem, ela tem o número legal, como nós no passado tivemos. Ocorre o seguinte, Deputado Luiz Alberto:

Quando nós endossamos a CPI das Demissões, foi porque passamos a nos comprometer com a viabilização desta CPI, porque no passado, o MDB teve condições de requerer CPIs. Por exemplo: CPI do DETRAN, para apurar as corrupções do DETRAN, mas por nós não termos tido na época o respaldo do PDS, esta CPI não chegou a se constituir. Porque uma coisa é ter um número de 18 Deputados para requerer a CPI, e outra coisa é a Maioria dar apoio a que essa CPI funcione.

Então, demos apoio, nos comprometemos, apesar do PDS por si viabilizar a CPI das Demissões, mas nos comprometemos em fazer com que essa CPI venha a funcionar, não como no passado, quando o PDS à sua revelia foi obrigado a ver, na Casa, formalizado o requerimento e constituída a CPI da Corrupção do DETRAN mas porque o PDS passou a obstruir, essa CPI na realidade nunca chegou a se constituir de fato, uma só reunião, porque foi torpedeado do começo ao fim, e ela não chegou a começar. Então, neste sentido e apesar de que o PDS tem um número regimental, o número constitucional, pelo acordo prévio das Lideranças em que cabiam duas CPIs, das cinco que podem funcionar, ou talvez, em entendimentos futuros possamos fazer funcionar mais CPIs, nós daremos o inteiro apoio, com a inteira liberdade que o PDS tem de escolher os assuntos que caibam dentro da sua cota.

Este era o reparo que queríamos fazer, que apesar de o PDS

ter o número constitucional para requerer a CPI, terá o nosso apoio para que esta CPI venha realmente a funcionar.

Este, era o esclarecimento.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência esclarece as duas etapas de uma CPI, primeiro a constituição, que independe da vontade do Partido majoritário, depois o funcionamento da CPI, que realmente depende do trabalho do Partido majoritário. E nós confiamos em que o Partido de Vossa Excelência, queira demonstrar a democracia na prática e possa realmente ajudar o pedido da Bancada do PDS. (Lê):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos presenciando, diariamente, nesta Casa, uma série de colocações de ilustres componentes do PMDB, e ainda amanhã, em Brasília, o Presidente da República concederá uma audiência ao Governador José Richa, como parte dos esforços do Presidente João Figueiredo de conciliação política e atendimento aos problemas mais urgentes das Unidades da Federação que elegeram governadores de oposição em novembro passado.

Dentre os assuntos a serem examinados, o Governador paranaense — segundo suas informações — dirá que o principal problema do Paraná é o desemprego, citando o alto índice registrado no Estado e para cuja elevação o Governo do Sr. José Richa vem contribuindo com as demissões de centenas de servidores públicos, motivadas pelas ações de patrulhamento político-ideológico e práticas revanchistas contra funcionários não alinhados ao peemedebismo que se instalou no Governo do nosso Estado.

Ao dialogar com o Sr. José Richa, o Presidente Figueiredo dá uma nova demonstração de grandeza política contra a mesquinha de um governo estadual que está punindo funcionários públicos que se mantêm fiéis aos seus ideais.

Cabe mencionar, a propósito, a manifestação do Presidente Nacional do PDS, Senador José Sarney, sobre o que está ocorrendo no Paraná e mais oito Estados onde os governadores foram eleitos pelo PMDB.

Contra tudo o que pregou, a Oposição não poupa sequer a humildes funcionários com longos anos de serviço ao Estado. Por isso, o PDS denuncia perante a Nação o processo de perseguição política a que estão submetidos seus correligionários nos Estados — como o Paraná — em que assumiram o Executivo Governadores eleitos pelo PMDB.

É uma traição ao esforço de conciliação realizado pelo Sr. Presidente João Figueiredo, e ao mesmo tempo um retrocesso nos costumes políticos brasileiros, a ocorrência nesses Estados, da sistemática vingança política que não respeita a opção do cidadão, principalmente de pessoas que exercem função pública, de filiar-se a um partido, sem que fique exposto à represália.

A nota oficial do PDS acentua que não se questiona a substituição de ocupantes de cargos em comissão, na base da confiança, o que é perfeitamente aceitável, mas com o que não se pode concordar é com a tentativa primária de demissões em massa que lembram episódios da República Velha, e caracterizam atitude de radicalismo e revanchismo.

O Governo Federal e os governos estaduais do nosso Partido em tempo algum se conduziram, e nem agora se conduzem dessa maneira. Basta ver os numerosos cargos ainda hoje ocupados por pessoas da Oposição, sem que jamais fossem vítimas dessas práticas condenáveis.

O documento lembra que, embora participando da campanha do seu partido com empenho total, o Presidente da República nunca permitiu que servidores públicos fossem tirados do emprego por motivos políticos ou ideológicos. E tanto isso é verdade que em nenhuma fase da campanha, nem depois da eleição, a Oposição queixou-se da ocorrência de fatos dessa natureza.

É sabido, por outro lado, que muitos funcionários do Governo Federal, com notória filiação oposicionista, têm sido cedidos para colaborar com governos do PMDB, ocupando

de Estado e outras posições nas administrações estaduais.

Isto é, a Oposição pede ao Presidente da República tratamento igualitário em relação aos governos do PDS, e de Sua Excelência receba toda consideração, mas usa métodos discriminatórios. O nosso partido está no firme propósito de denunciar sempre à Nação, como faz agora, esse procedimento mesquinho do PMDB e assistirá de todas as formas seus correligionários vítimas de perseguição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: ao trazer ao conhecimento deste Plenário o conteúdo da nota oficial do PDS, faça-o com a certeza de que bem retrata o quadro que presenciamos no Paraná, onde o próprio Governador reconheceu a prática de 300 dessas demissões, agravando o problema do desemprego no Estado, que é o centro de preocupações em todos os setores: as pastorais sociais da Arquidiocese de Curitiba já manifestaram que as autoridades estaduais, ao invés de aumentar o desemprego, devem procurar alternativas possíveis à minimização desse grave problema social e pediram esforços de toda a sociedade no que diz respeito à questão do desemprego; esforços assentados no princípio da fraternidade, sem violência política.

Existe uma tendência declinante de emprego no Paraná, confirmada no índice negativo da oferta de trabalho registrado no final de 82 e início do corrente ano, atingindo 28 mil pessoas só no setor de construção, segundo os dados obtidos pelo Censo Geral de Empregados e Desempregados do Estado. Além disso, cabe acentuar que a ocupação da população economicamente ativa, do Paraná, está situada abaixo dos padrões internacionais estabelecidos para os países do chamado terceiro mundo. Esses padrões são da ordem de 30 a 35 por cento e no Paraná atingem apenas 15 por cento. E com as demissões em massa, o Governo do PDS está a agravar esse problema.

Também o empresariado do nosso Estado, tem se mantido alerta a essa questão. Na semana passada, presidentes de dez entidades de classe ligadas ao setor, estiveram reunidos em Curitiba e o Presidente da Associação Comercial do Paraná, empresário Carlos Alberto Pereira de Oliveira, manifestou a estranheza da classe ante o fato de que empregados com 14, 15 e até 19 anos de serviço, estejam sendo demitidos por perseguição política.

O Presidente da Associação Comercial somou a sua voz à dos paranaenses que estão perplexos ante as punições políticas postas em marcha pelo Governo do Sr. José Richa.

“Tais atitudes — enfatizou aquele líder empresarial do nosso Estado — não condizem com a democracia, em que deve haver liberdade de expressão e pensamento, e muito menos com o que pregavam nos palanques os membros do PMDB”.

A Bancada do PDS nesta Assembléia espera que, do encontro de amanhã do Presidente com o Governador, resulte para os homens que assumiram o poder administrativo do nosso Estado, a compreensão de que a democracia não tolera o absolutismo político e o poder opressor”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em plenário, dos Srs. Vereadores de Mandirituba: Paulo Tortato e Anésio Gouvêa, como também do Sr. Inácio Pensin, membro do Diretório do PMDB de Mandirituba.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. APOIADO. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.

APOIADO. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, constante do expediente. —

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) A Bancada do PDS, em princípio, apóia o requerido pelo emissor Deputado Nilso Sguarezi.

Cumpra esclarecer que Sua Excelência o Deputado Nilso Sguarezi na condição de Líder do PMDB, como igualmente este Deputado, na condição de Líder do PDS, recebeu expediente do Sr. Otto Luiz Sponholz, da Ordem dos Advogados do Paraná, pleiteando tal medida, e esse Deputado, em nome da Bancada do PDS, solicitou que a Comissão de Constituição e Justiça, que ainda não instalou seus trabalhos, pudesse ouvir o Presidente da Ordem dos Advogados a respeito de uma proposição mais ampla para resolver o problema das custas judiciais do Estado do Paraná.

Então, ao tempo em que a Bancada do PDS apoia o projeto do Deputado Nilso Sguarezi, apela aos doutos Membros da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de que possa ouvir o Presidente da Ordem dos Advogados do Paraná, com a rapidez que o assunto requer, para que possamos estabelecer uma legislação adequada ao problema de custas judiciais do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Necessitando de apoio o projeto que acaba de ser lido. APOIADO. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/83, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova a prestação de contas do Governador do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1981.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, o entendimento entre as Lideranças do PMDB e do PDS, é no sentido de que seria votado em 1.ª Discussão o projeto e amanhã seria solicitada a partir da 2.ª Discussão, a retirada da Ordem do Dia do projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência informa a Vossa Excelência que o requerimento protocolado nesta mesa, que traz a assinatura de Vossa Excelência e do Sr. Deputado Rubens Bueno, requer após ouvido o Plenário o adiamento de vinte sessões do Projeto de Resolução n.º 02/83.

Esta Presidência esclarece que, se assim for o intuito, Vossas Excelências poderão retirar o requerimento que se encontra protocolado nesta mesa.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, realmente houve uma concordância a nível de Lideranças para que se votasse em primeira discussão o Projeto de Resolução número 02/83, e em seguida fosse lido o requerimento para que fosse adiado para as vinte sessões.

Então peço a Vossa Excelência que atenda no sentido da Liderança, senão vamos retirar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência só pode atendê-los na medida em que for solicitada a retirada do requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Vossa Excelência permita que as Lideranças coloquem um adendo ao requerimento, a partir da segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE — Se assim Vossas Excelências acordarem,

a Mesa aguarda o reparo ao requerimento.

Está em votação o requerimento com o reparo apresentado pelas Lideranças.

Esta Presidência colocará em votação o Projeto de Resolução n.º 02/83, oriundo de parecer aprovado pela Comissão de Tomada de Contas. Está em votação. — **Aprovado.**

Está em votação o requerimento que foi lido pela Mesa. Está em votação. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valter de Castro Porfírio, ocorrido dia 13 do corrente, em Bocaiúva do Sul. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jonas Kimura, na cidade de Paranavaí, neste Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo intitulado "Como levar vantagem em tudo", publicado no jornal "O Estado de São Paulo", da data de 14 de abril de 1983. — **Aprovado.** (A matéria acha-se transcrita no final desta ata). Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor do DETRAN, encarecendo a instalação de uma CIRETRAN no Município de Realeza. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente à Secretaria de Saúde Pública, encarecendo uma ambulância com equipamento adequado, para o Distrito de Paraná D'Oeste e Município de Moreira Salles, as quais serão utilizadas para o transporte de pessoas doentes e carentes de atendimento médico-hospitalar. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de solicitação à Sra. Secretária da Educação, para providências com finalidades de ser implantado e autorizado o funcionamento de estabelecimentos escolares da Rede Estadual de Ensino de segundo grau no Distrito de Paraná D'Oeste e Ensino Supletivo de primeiro e segundo graus, no Município de Moreira Salles. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser liberada parte da verba do PROJETO CURA aos pequenos municípios, para o Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja consignado na ata dos Trabalhos desta Casa, um voto de congratulações à Rede Globo, em particular à TV-Paranaense Canal 12, pelo documentário apresentado no "Globo Repórter", historiando a vida de Getúlio Vargas. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que seja criado um Distrito Sanitário no Município de Ivaiporã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando seja enviada cópia de pronunciamento seu, feito da tribuna desta Assembléia, no qual repudiava a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra o jornalista Juvêncio Mazarolo e reivindica o apoio de todos os democratas deste País. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enca-

minhado ofício ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, pedindo respostas aos quesitos: quanto foi gasto na reforma da residência localizada no Bairro do Batel, onde foi instalada uma agência do Banco do Estado do Paraná e se a referida residência foi adquirida pelo estabelecimento bancário ou pertence a terceiros. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado ofício aos Srs. Ministros do Planejamento e os da área econômica, pedindo em nome das graves dificuldades financeiras pelas quais vem passando a maioria dos municípios brasileiros, concedam vantagens de ordem fiscal às Prefeituras que pretendam renovar ou necessitem ampliar sua frota de veículos, desde que movidos à álcool. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja consignado na ata da sessão um voto de louvor ao Desembargador paranaense Jorge Andriguetto, por receber a "Cruz do Mérito Judiciário", na Capital do Estado de São Paulo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da área econômica, para que instiguem amplo e substancial programa de apoio financeiro aos municípios do Paraná que não mais se encontram em condições de reerguimento do caos financeiro em que se debatem. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que se envie expediente ao Sr. Secretário de Finanças, para que o mesmo estabeleça normas consultando o município quanto a avaliação de imóveis para efeito do cálculo da CISA. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que se envie expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, pedindo que o mesmo envie esforços no sentido de ser ampliada a rede de água em diversos setores do Município de Ubatã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que se envie expediente ao Sr. Secretário da Agricultura e Presidente da COPASA para a construção de armazém do referido órgão na cidade de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que se envie expediente ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem pedindo seus ofícios no sentido de instalar um telefone no Posto da Polícia Rodoviária de Ubatã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento pedindo as informações referentes a verbas destinadas ao Município de Corbélia, através da extinta Secretaria dos Municípios. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que determine à COPEL estudos técnicos para apurar as causas das enchentes do Rio Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sugerindo que as cidades de Cambé e Ibioporã, sejam elevadas à categoria de Entrância Intermediária. —

Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja encaminhado ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, pedindo informações para que sejam respondidos quesitos do montante das dívidas da CAFE DO PARANÁ, os motivos da não execução, especificar o montante das duplicadas, cheques sem cobertura no ano de 1982, e especificar montante da dívida e por que não foi saldada. — Aprovado. -Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o encaminhamento de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, com a finalidade de solicitar que sejam envidados todos os esforços no sentido de se evitar a construção do novo terminal rodoviário no Município de Engenheiro Beltrão. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às Lideranças dos Partidos Políticos nas Assembleias de todos os Estados do País e junto ao Congresso Nacional, no sentido de que manifestem o apoio à realização das eleições diretas para a Presidência da República. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando que a Comissão Executiva dê ciência aos Srs. Presidentes de Câmaras do inteiro teor do projeto de lei, de sua autoria, que visa autorizar a instituição de verba de representação, nos termos da Legislação Federal, pertinente à matéria. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Esta Presidência, com base na Resolução nº 23/69, destinará a Hora do Expediente da sessão do dia 20 do corrente, com o fim exclusivo de comemorar as datas de 21 de abril, Tiradentes e 22 de abril, Descobrimento do Brasil. Solicito aos Srs. Líderes um representante de cada bancada para falar sobre as datas referidas.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) A Liderança do PMDB deverá indicar a Vossa Excelência, por escrito, o Deputado Gernote Kirinus que fará pronunciamento em nome da bancada.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência aguardará a indicação de Vossa Excelência.

A Mesa, com base no artigo 89, parágrafo primeiro, não havendo matéria a ser designada para a Ordem do Dia, o Presidente destiná-la-á aos trabalhos das comissões.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, uso deste instrumento para solicitar dos ilustres membros da CCJ, que deverão instalar os trabalhos de amanhã, no sentido de que apreciem com urgência possível o projeto de lei encaminhado ao Sr. ex-Governador do Estado, José Hosken de Novaes, que visa dar melhor remuneração aos aposentados, aos funcionários inativos deste Estado. Faço, por intermédio desta Questão de Ordem, aos ilustres membros da CCJ.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões Técnicas, conforme determina o artigo 89, parágrafo primeiro, do Regimento Interno.

Levanta-se a Sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, em sessão do dia 18 de abril de 1983.

#### “COMO LEVAR VANTAGEM EM TUDO”

“A Nação só pode ficar revoltada e indignada ao ver o governo federal liberar mais cinco milhões de dólares para o

Grupo Atalla, enquanto toda a agricultura do País se ressentir de dramática falta de recursos para continuar produzindo e até mesmo para comercializar seus produtos”.

Estas palavras são do Deputado Paulo Furiatti, que integra a CPI que funciona na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para investigar as atividades daquele grupo no Estado.

O desabafo do Parlamentar resulta do fato de se haver concedido mais um NEGÓCIO especial à Atalla e Companhia, mediante autorização, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, do repasse da quantia mencionada, a fim de que o grupo “viabilize o custeio da próxima safra de cana, destinada à produção de açúcar e álcool”.

Pergunta o Deputado paranaense: por que o privilégio?” e Acrescente que a medida administrativa “contraria frontalmente aquilo que a própria Comissão de Inquérito vai propor em seu relatório final: que não seja concedido mais nenhum privilégio aos Atalla, que o governo LUTE pela desmobilização do patrimônio do grupo, que o IAA intervenha imediatamente na usina de Porecatu...” (grifamos). Nas palavras de alguém que se empenha por uma correção de rumo no relacionamento de Atalla e Companhia com a administração pública, se revela um estado de espírito que trai pessimismo e desânimo diante do que se haveria de esperar da ação saneadora do poder público. Pos este não tem de LUTAR pela desmobilização do patrimônio do grupo. Precisa, sim, PROMOVÊ-LA, pura e simplesmente, em vez de socorrê-la, como pai extremoso que atende ao filho pródigo em dificuldades. Que é que aconteceria agora, se o IAA não cedesse às pressões que se desataram sobre ele, para que entregasse de mão beijada ao grupo malsinado os cinco milhões de dólares (2.160 milhões de cruzeiros)? Existe quem julgue que a safra não seria viabilizada? Teria que haver desmobilização, pelo menos parcial, do patrimônio que os Atalla insistem em preservar, numa manobra cujo alcance não passa despercebido a quem quer que seja, dotado de senso comum.

Eles devem. Obtém toda a ajuda que pleiteiam e vêem o patrimônio valorizar-se, ao menos pelo simples efeito da inflação. Dia virá em que a dívida corresponderá a uma fração insignificante do patrimônio e restará apenas vender uma parte dele reembolsando credores e o erário generoso, que propiciou a lucrativa inversão de valores. Imagine-se o que ocorreria e quanto não se haveria de gastar, se todos os plantadores de cana se pendurassem nas “tetas oficiais” a sugar recursos como os que se EMPRESTAM ao Grupo Atalla para VIABILIZAR a safra de cana deste ano. Chegaria rapidamente o dia em que todo o orçamento monetário estaria consumido em VIABILIZAÇÕES.

No entanto o governo — que tudo pode no Brasil e exerce esse poder sem contraste — tem a faca e o queijo na mão para obrigar o devedor inadimplente a transformar parcelas de seu patrimônio em cruzeiros e com eles viabilizar a safra, se o quisesse. Inutilmente o Deputado Furiatti proclama: “Ao liberar mais esses recursos em dólares para o grupo, o governo só fez alimentar este monstro que subverte a ordem constituída, a ponto de estar criando em Porecatu um verdadeiro barril de pólvora”. Para justificar essa previsão sombria, o parlamentar paranaense acrescenta: “O supermercado que a empresa (Grupo Atalla) mantém para abastecimento de seus empregados, tanto industriários como rurais, distribui vales de compra em substituição aos salários, num terrível crime contra a economia do País”.

Que importa? Os Atalla já se cansaram de mostrar que estão à margem e acima da lei. Esta foi feita para os incautos que requerem concordata, quando ainda é possível, ou simplesmente se declaram falidos, arrostando as consequências que a insolvência ou a quebra impõem. Porque há neste País de fábula os que são AMIGOS DO REI ou amigos dos amigos do rei e a tudo escapam e a todos se opõem, ganhando sistematicamente. São os que levam VANTAGEM EM TUDO. O Deputado Paulo Furiatti ainda não percebeu isso?”

Dia 14/04/83 - “O Estado de São Paulo”